

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PSICOLOGIA

**ERICA MENEZES DUTRA**

**MORTE E FINITUDE NA PERSPECTIVA DA LOGOTERAPIA E ANÁLISE  
EXISTENCIAL: Um posicionamento perante a vida**

São Luís

2018

**ERICA MENEZES DUTRA**

**MORTE E FINITUDE NA PERSPECTIVA DA LOGOTERAPIA E ANÁLISE  
EXISTENCIAL: Um posicionamento perante a vida**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia com Formação de Psicólogo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Francisca Pereira da Cruz Zubicueta.

São Luís

2018

Dutra, Erica Menezes.

Morte e finitude na perspectiva da logoterapia e análise existencial: um posicionamento perante a vida./ Erica Menezes Dutra. – São Luís - MA, 2018.

63 f. il.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Prof<sup>a</sup> Ma. Francisca Pereira da Cruz Zubicueta.

Monografia (Graduação em Psicologia) – Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, 2018.

1. Morte. 2. Finitude. 3. Logoterapia e Análise Existencial. 4. Sentido de vida.  
I. Título.

CDU 159.9:615.851

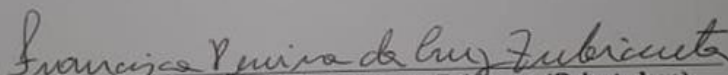
**ERICA MENEZES DUTRA**

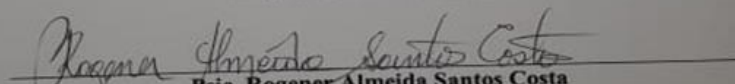
**MORTE E FINITUDE NA PERSPECTIVA DA LOGOTERAPIA E ANÁLISE  
EXISTENCIAL: Um posicionamento perante a vida**

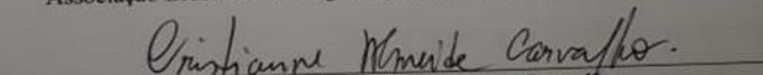
Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia com Formação de Psicólogo.

Aprovada em: 30, 08, 2018

BANCA EXAMINADORA

  
Prof<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup>. Francisca Pereira da Cruz Zubiçqueta (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão  
Departamento de Psicologia

  
Psic. Rogener Almeida Santos Costa  
Instituto Geist  
Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial (ABLAE)

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Cristianne Almeida de Carvalho  
Universidade Federal do Maranhão  
Departamento de Psicologia

À minha mãe e irmã, os alicerces da minha vida em quem encontro apoio para caminhar em minha existência.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que sempre conduziu meus passos e me fortalece em todas as adversidades, colocando sempre anjos em meu caminho.

Aos meus pais, de forma mais que especial minha mãe, meu exemplo de amor, doação e justiça e que renunciou muitas coisas nesses dois meses para que eu conseguisse finalizar essa etapa.

A minha irmã, a minha maior incentivadora nessa trajetória da psicologia e que faz de tudo para que eu realize meus objetivos.

A minha orientadora, que de forma acolhedora me acompanhou durante esse processo, naquele que talvez tenha sido um dos maiores desafios da minha trajetória acadêmica, mas percorrê-lo ao seu lado foi uma experiência terna e afetuosa.

A minha terapeuta, que foi fundamental para que eu conseguisse compreender o sentido desse momento e pudesse lidar com meus sentimentos e com as abdições que precisei fazer.

Aos professores e professoras do Departamento, que me transmitiram muito mais que conhecimento em sala, me inspiraram com seu profissionalismo, responsabilidade e comprometimento. De forma especial a professora Wanderléa, que com amor, positividade e respeito me possibilitou viver experiências significativas para minha vida, minha eterna gratidão ao seu carinho e compreensão.

Aos amigos que conquistei ao longo desses 5 anos, de forma especial a dois grupos (quarteto e musos) que certamente fizeram essa jornada ser alegre, consistente e cheia de vivências enriquecedoras e se tornaram muito mais que grupos em sala, tornaram-se o melhor presente que eu poderia receber.

Quando já não somos capazes de mudar uma situação (...) somos desafiados a mudar a nós próprios.

(Viktor Frankl, 1987, p.70)

## RESUMO

A morte é um fenômeno complexo e ainda um tabu na sociedade atual, podendo ocasionar nas pessoas sentimentos de angústia e confiança mediante o pensamento sobre a própria finitude; ao longo da história a atitude do homem em relação à morte foi modificada, indo de uma atitude mais familiar a uma proibição sobre a mesma. O objetivo do presente estudo é compreender as concepções de morte, finitude e transitoriedade da vida e sua relação com a perspectiva da Logoterapia e Análise Existencial e sentido de vida. É uma abordagem psicoterapêutica que centraliza no sentido da existência humana, na busca da pessoa por realizações de sentido. A realização de sentido é possibilitada por três categorias de valores: de criação, de vivência e atitudinais. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e exploratório, uma vez que se dispõe descrever e analisar certas características da produção bibliográfica no tocante às concepções de morte, finitude e transitoriedade da vida relacionada ao posicionamento do homem perante a vida. Analisa e discute como a transitoriedade da vida e a realização de sentido pode possibilitar ao homem uma mudança de postura perante a sua vida. Compreende que uma educação para a morte pode propiciar uma desmitificação em torno dessa temática enquanto parte do ciclo de desenvolvimento humano. Portanto, a partir do estudo é possível perceber que a perspectiva da Logoterapia e Análise Existencial apresenta ao homem a possibilidade de um posicionamento perante a vida na realização de sentido ao refletir sobre sua finitude. A discussão sobre o tema deve contemplar aspectos cognitivos, sociais, históricos e culturais devido às mudanças decorrentes ao longo dos tempos na sociedade ocidental. Da mesma forma, que lidar com as questões da morte podem se expandir para além do âmbito da saúde e acontecer em qualquer espaço ocupado pelo psicólogo.

**Palavras-chave:** Morte. Finitude. Logoterapia e Análise Existencial. Sentido de vida.



## ABSTRACT

Death is a complex phenomenon and still a taboo in today's society, which can cause feelings of anguish and confidence in people through thinking about their own finitude; Throughout history man's attitude toward death has been modified from a more familiar attitude to a prohibition on it. The aim of the present study is to understand the conceptions of death, finitude and transience of life and its relationship with the perspective of Logotherapy and Existential Analysis and the meaning of life. It is a psychotherapeutic approach that centralizes in the sense of human existence, in the search of the person for realizations of meaning. The realization of meaning is made possible by three categories of values: of creation, of experience and attitudinal. This study is characterized as a bibliographic research of a descriptive and exploratory character, since it is arranged to describe and analyze certain characteristics of the bibliographical production regarding the conceptions of death, finitude and transitoriness of life related to the position of man before life. It analyzes and discusses how the transience of life and the realization of meaning can enable man to change his attitude towards his life. It understands that an education for death can provide a demystification around this theme as part of the human development cycle. Therefore, from the study it is possible to perceive that the perspective of Logotherapy and Existential Analysis presents to man the possibility of a positioning before life in the realization of meaning when reflecting on its finitude. The discussion on the theme should contemplate cognitive, social, historical and cultural aspects due to the changes that have occurred throughout the ages in Western society. Likewise, dealing with the issues of death can expand beyond the scope of health and happen in any space occupied by the psychologist.

**Keywords:** Death. Finitude. Logotherapy and Existential Analysis. Sense of life.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>MORTE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA AO LONGO DOS SÉCULOS.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>A morte domada pelo homem.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>O homem diante da própria morte.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>O homem diante da morte do outro.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4</b>	<b>A morte proibida.....</b>	<b>19</b>
<b>2.5</b>	<b>O olhar sociológico sobre a morte.....</b>	<b>22</b>
<b>2.6</b>	<b>O olhar psicológico acerca da morte.....</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA LOGOTERAPIA E ANÁLISEEXISTENCIAL.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>Vida e obra de Viktor Frankl.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>Ontologia dimensional.....</b>	<b>33</b>
<b>3.3</b>	<b>Fundamentos antropológicos.....</b>	<b>38</b>
3.3.1	Liberdade da Vontade.....	38
3.3.2	Vontade de Sentido.....	40
3.3.3	Sentido de Vida.....	43
<b>3.4</b>	<b>Tríade Trágica.....</b>	<b>45</b>
3.4.1	Morte e Finitude para a Logoterapia e Análise Existencial.....	47
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO SOBRE A TRANSITORIEDADE DA VIDA E O DESPERTAR A CONSCIÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE SENTIDO.....</b>	<b>51</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A temática sobre a morte e finitude ainda é um tabu na sociedade atual, como descreve Ariès (2012, p. 40) “a morte é ao mesmo tempo familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro, opõe-se acentuadamente a nossa, segundo a qual a morte amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome”. Apesar dos estudos já realizados e de autores que se dedicam a estudar esse assunto, pensar sobre a própria finitude pode acarretar desespero, angústia ou confiança, um despertar para a vida no confronto com essa realidade que faz parte da nossa existência. Ou seja, é possível pensar a morte e finitude em relação ao posicionamento que o homem pode tomar perante sua vida? É como descreve Kovács (1992, p. 7):

[...] surge, então, a possibilidade da minha morte e isto traz um novo significado para a vida. Esta passa a ser definida e ressignificada pela possibilidade da morte. Não temos mais todo o tempo do mundo, o limite não está lá para ser extrapolado e sim para ser conhecido e admitido.

A ideia central não é discutir a morte em situações de morte iminente, isto é, como um fato já constatado, uma possibilidade concreta, como é o caso de um diagnóstico de câncer terminal, doença sem possibilidade terapêutica, perda de um ente querido entre outras, ainda que isso possa comparecer como possibilidades de reflexão, a proposta central do estudo é pensar a morte e finitude como possibilidade real do desenvolvimento humano, e assim, fazendo parte do ciclo da vida para poder despertar outra forma de olhar e pensar essa temática.

A escolha do referencial da Logoterapia deu-se por ser uma abordagem psicoterapêutica, que traz no bojo de suas concepções teóricas a discussão sobre a transitoriedade da vida reconhecendo que a morte é parte do desenvolvimento humano e que por meio dela é possível descobrir e realizar sentido e a realização de sentido; bem como pelo contato que a pesquisadora teve com esta abordagem durante sua trajetória acadêmica, através do grupo de estudo e pesquisa em Logoterapia e Análise Existencial.

Diante do exposto, é importante diferenciar o significado de morte, morrer e finitude para que fique claro ao leitor, o objetivo ao qual se propõe o presente estudo. Segundo Giovanetti (2016) a morte é um fenômeno que integra o ciclo natural do desenvolvimento humano enquanto o morrer é um ato individual visto que não se pode morrer por outra pessoa, ou seja, é característica essencial da existência do ser humano. A autora Kübler-Ross (1996, p.20) ressalta que “morrer se torna um ato solitário e impessoal”. Não podemos compartilhar com ninguém nosso processo de morrer, nosso mundo, memórias, sentimentos e pensamentos são exclusivos nossos, desaparecendo para sempre (ELIAS,

2001). Em relação à finitude, os autores Aquino e Vasconcelos (2015) consideram “o fato de que a faculdade de juízo estético e teleológico do homem é fundada na natureza finita do homem, na limitação de suas possibilidades cognoscitivas, que determinam a forma de seu objeto, mas não o objeto completamente”.

A morte como fato concreto da transitoriedade da nossa existência, ainda precisa ser bastante discutida nos mais diversos espaços. A Psicologia sendo uma ciência que lida com os seres humanos e suas questões, se torna relevante discutir essa temática para além do âmbito da saúde, em que essa realidade da morte é mais recorrente, para que, os profissionais da Psicologia estejam mais capacitados para lidar com as questões de morte e de finitude (HOHENDORFF; MELO, 2009). E assim, ao invés de pensar nisso apenas no momento que a morte se torna um fato concreto na vida do indivíduo, por que não discutir ou refletir sobre essa transitoriedade enquanto acontecimento inerente à vida em todas as fases do desenvolvimento humano. Vale ressaltar que a morte simbólica também é um fenômeno estudado pela ciência psicológica, embora não faça parte do objeto de estudo deste trabalho.

Kovács (2005) defende a importância de uma educação para a morte como parte de um desenvolvimento pessoal, ou seja, um desenvolvimento interior durante o existir humano, de questionar-se, refletir, buscar autoconhecimento, possibilidade de buscar um sentido à vida, sem respostas prontas ou com doutrinações. O importante é ter espaço na sociedade a qual somos membros para discutir sobre perdas, morte simbólica, situações-limite, doenças, acidentes, o confronto com a própria morte entre outros que podem acontecer ao longo de nosso desenvolvimento.

Essa proposta de reflexão anterior à concretude da morte de fato, é uma possibilidade a ser discutida através da abordagem da Logoterapia e Análise Existencial uma vez que Viktor Frankl, o fundador da Logoterapia já se questionava sobre o tema ainda na infância; aos 4 anos de idade se assustou ao ser tomado pela ideia de que um dia iria morrer, ponto de partida ao questionamento acerca da transitoriedade da existência, e se esta lhe roubava o sentido. A resposta a essa questão, segundo Frankl (1996) é que em alguns aspectos, a morte pode despertar a consciência para a realização de sentido de vida. Como descreve Frankl (1996, p. 27) “[...] a transitoriedade da existência não pode tirar o sentido da vida, porque nada está irrecuperavelmente perdido no passado, mas tudo está colocado a salvo por lá”.

E foi a partir de toda essa construção e de sua vivência nos campos de concentração e nos estudos das questões filosóficas, que criou a Logoterapia, uma teoria

pautada na questão central da busca de um sentido único e singular, vivido em cada momento circunstancial da vida do ser humano.

A reflexão sobre essa temática e o interesse em discuti-la foi propiciado pela inquietação que o tema sempre provocou na autora, no que se refere à forma como as pessoas passam a falar de alguém que não se encontra mais em nosso meio e de como as pessoas reagem diante de um corpo, propagando fotos e vídeos como nos casos de acidentes, por exemplo. Porém, no decorrer da trajetória acadêmica, ao participar do grupo de estudo e pesquisa em Logoterapia e Análise Existencial, a autora teve a oportunidade de estudar e realizar uma pesquisa em que se discutia a temática da finitude numa perspectiva que coadunou com o objetivo ao qual se propõe estudar no referido trabalho.

Para chegar à ideia central, partiu-se de alguns questionamentos tais como: por que as pessoas parecem “santificar” a memória de alguém que já morreu? Diante de um corpo morto, as pessoas parecem não ver ali um ser humano, que tem uma família que vai sofrer com sua morte, mas sim parecem preocupados em tirar fotos, fazer vídeos para propagar nas redes sociais entre seus grupos, questionamentos iniciais da pesquisadora que foram sendo melhor delineados a partir de leituras sobre o tema e diálogos mantidos com a orientadora, assim, não farão parte do escopo do trabalho. Após as leituras e o diálogo com a orientadora passamos a nos questionar que a morte quando é constatada como um fato real num caso de câncer terminal ou doença sem possibilidade de cura, na maioria das vezes provoca uma mudança de vida naquele doente, sendo assim o presente estudo pretende pensar a morte como parte da própria existência possibilitando uma nova forma de realizar sentido na vida, sem que se tenha necessariamente que esperar por sua concretude.

Dessa forma, propomos compreender as concepções de morte, finitude e transitoriedade da vida e sua relação com a perspectiva da Logoterapia e Análise Existencial e sentido de vida e demais literatura especializada. Para isso, será necessário apresentar a ontologia dimensional e os fundamentos antropológicos da Logoterapia e Análise Existencial para refletir como a transitoriedade da vida pode despertar a consciência para realização de sentido de vida.

No que se refere à metodologia, o estudo será realizado através de uma pesquisa bibliográfica descrita por Lima (2008) como uma atividade de localização e consulta a fontes diversas de informação em formato de escrita objetivando coletar materiais genéricos ou específicos acerca de um tema, a seleção dos materiais ocorrerá em banco de dados e livros que discutam o tema. Conforme Lima (2008, p. 49) “pesquisar no campo bibliográfico é

procurar no âmbito dos livros, periódicos e demais documentos escritos às informações necessárias para progredir na investigação de um tema de real interesse do pesquisador”.

Considerando as classificações dadas por Veloso (2011), em que as pesquisas podem ser classificadas de acordo com os objetivos e o objeto, entre outros itens. De acordo com os objetivos da referida pesquisa, esta se denomina como tendo caráter descritivo e exploratório, uma vez que se dispõe descrever e analisar certas características da produção bibliográfica no tocante às contribuições das concepções de morte e finitude relacionadas ao posicionamento do homem perante a vida. Teremos como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica de materiais disponibilizados on-line em bases de dados acadêmico-científicas e livros referentes ao tema. A pesquisa bibliográfica é descrita por Santos (2002, p.31 *apud* VELOSO, 2011, p.55) como “o conjunto de matérias escritos/gravados, mecânica ou eletronicamente, que contêm informações já elaboradas e publicadas por outros autores”.

Nessa perspectiva, realizamos um levantamento da produção bibliográfica acerca do tema em bases como: Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, o acervo de monografias do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePsic), Revista Logos & Existência: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial e Google Acadêmico, considerando a literatura online produzida e os livros publicados sem limite de período.

A escolha por essas bases de dados deu-se em função de serem bases de acesso livre que abrigam exponencial volume de periódicos indexados com produção científica brasileira e principalmente por serem bases em texto completo (*full text*), ou seja, que abrigam os arquivos completos em suas bases.

Para realizar a coleta dos dados nessas bases acima citadas utilizamos termos previamente selecionados como: “morte e morrer”, “finitude”, “tanatologia”, “logoterapia”, “tríade trágica”. Isso possibilitou uma recuperação de trabalhos que tratem das concepções de morte e finitude relacionadas ao posicionamento do homem perante a vida de modo mais eficiente, podemos ainda utilizar livros publicados por especialistas que discutem a temática morte e morrer. Assim como, usamos livros publicados por logoterapeutas, visto que esta foi a abordagem base para a discussão do tema. Toda a coleta ocorreu em língua portuguesa, uma vez que o foco da nossa pesquisa é a bibliografia produzida ou editada no Brasil.

Para análise dos dados, após o levantamento preliminar das publicações nas bases de dados, os resumos das publicações on-line foram lidos e analisados segundo critérios que

determinaram sua inclusão/exclusão nas análises, tentando priorizar obras originais ao invés de traduções, autores clássicos em detrimento de comentadores e autores especialistas e com reconhecido domínio teórico no assunto estudado (LIMA, 2008); contudo, não foi possível a leitura da obra original, pois esta versa em língua alemã e fez-se uso de obras do autor traduzida, foram utilizados comentadores que são logoterapeutas, mas que possuem reconhecimento nacional; tendo como foco principal a relação entre as concepções de morte e finitude e o posicionamento do homem perante a vida, dando prioridade aos artigos da área da Psicologia e da Logoterapia. Os artigos e livros selecionados foram lidos na íntegra, dando base assim ao corpus de análise da revisão.

Segundo Gil (2010) na pesquisa bibliográfica deve ser realizada uma leitura interpretativa cujo objetivo é fazer relação entre o que o autor estabelece com o problema ao qual propõe uma solução. Sendo uma leitura com significado mais amplo aos resultados encontrados com a leitura dos textos selecionados. Após essa etapa, realizamos a construção lógica do trabalho, definida por Gil (2010, p.63): “[...] consiste na organização das ideias com vista em atender aos objetivos ou testar as hipóteses formuladas no início da pesquisa. Assim, cabe nesta etapa estruturar logicamente o trabalho para que ele possa ser entendido como unidade dotada de sentido”.

No capítulo dois, apresentamos uma contextualização histórica sobre a morte ao longo dos séculos, a partir das atitudes do homem diante da morte: a morte domada, a própria morte, a morte do outro e a morte proibida. Falaremos também na perspectiva da Sociologia e Psicologia, como áreas do conhecimento que estudam a temática.

No capítulo três explanaremos os fundamentos antropológicos da Logoterapia e Análise Existencial, sendo este o referencial escolhido para promoção da discussão da ideia central do trabalho; para isso, inicia-se com a apresentação da vida e obra de seu fundador, visão de homem e de mundo, tríade trágica, a definição de morte e finitude para este referencial teórico.

No quarto e último capítulo propomos responder ou discutir por meio das leituras realizadas, a problematização da pesquisa que levou ao referido ao trabalho. De forma que averiguamos o que dizem algumas áreas do conhecimento sobre a concepção de morte. E também sobre o que fala a Logoterapia e Análise Existencial a respeito da temática. O que nos permitiu demonstrar a morte e a finitude como possibilidades de posição que o homem pode tomar diante da transitoriedade da vida.

## 2 MORTE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA AO LONGO DOS SÉCULOS

### 2.1 A morte domada pelo homem

Ao se discutir a temática da morte é preciso contextualizar como a atitude do homem perante a mesma foi se modificando ao longo dos séculos, considerando que este trabalho é sob uma perspectiva ocidental entre a Idade Média e a Modernidade. Segundo Ariès (2012) o homem era advertido sobre sua morte, avisado por meio dos signos ou por sua própria intuição, um reconhecimento espontâneo de que seu fim estava próximo. Pensando em sua morte e morrendo nesta, sem transferência a nenhum outro, sendo em parte predeterminada (ZIEGLER, 1977) e assim tomava as providências necessárias para que seus últimos minutos transcorressem da melhor maneira. Os ritos e rituais diante da morte eram a garantia da execução de uma viagem do morto a seu novo destino (Werlang e Mendes, 2014). Essa representação da morte como domada era retratada ao se pensar à morte dos cavaleiros da gesta<sup>1</sup> ou dos antigos romances medievais.

Algumas dessas providências relacionavam-se a gestos rituais, em que o homem esperava pela morte deitado com os braços estendidos em forma de cruz, deitado com as mãos cruzadas sobre o peito ou virado para a parede. Seu primeiro ato diante da constatação da morte era o lamento da vida e posteriormente a busca do perdão daqueles que o rodeavam fossem eles, amigos, parentes entre outros. É necessário esclarecer que a descrição dos gestos rituais não tem a finalidade de demarcar detalhadamente como cada cultura vivencia os ritos, mas sim apresentar uma contextualização histórica da vivência de morte do homem da Idade Média as sociedades contemporâneas, descritos nas pesquisas realizadas pelo autor Philippe Ariès.

Diante do perdão dos demais, a preocupação voltava-se para Deus, para que absolvesse seus pecados e pudesse alcançar a entrada no paraíso. Portanto, a morte era esperada no leito, como se fosse domada por quem a espera, uma cerimônia pública organizada pelo moribundo que sabia exatamente como prosseguir, sendo um espaço de livre acesso para quem quisesse entrar. Segundo Elias (2001) o moribundo morria na presença de outras pessoas, não estavam acostumadas a viver e estar sós, também a casa não tinha muitos cômodos em que *pudesse* ficar só; esse morto não era tão isolado de uma vida comunitária como se é em sua maioria nas sociedades avançadas. As pessoas também não eram tão organizadas com questões de higiene, o que poderia acarretar doenças. Apenas depois que os

---

<sup>1</sup> Canções épicas que emergem na Idade Média, a partir do século XI, no sul da França, que retratam a figura do cavaleiro de forma heroica e valente.



médicos do fim do século XVIII descobriram as regras de higiene, esse quadro começou a se modificar (ARIÈS, 2012).

Segundo Ariès (2012) outro aspecto dessa familiaridade com a morte se refere à coexistência entre os vivos e os mortos, havia uma honradez as sepulturas nos cultos funerários. Apesar disso, os cemitérios eram mantidos afastados da cidade, os antigos temiam que os defuntos voltassem para incomodar os vivos. Essa noção de afastamento dos mortos foi se modificando ao observar-se o culto aos mártires de origem africana. Morin (1997) também descreve a sepultura como uma forma de preocupação com esses mortos e, por conseguinte com a morte; ainda que cite o temor provocado nos vivos pela proximidade dos túmulos as casas [...] “o medo dos mortos tem afastado um pouco os túmulos das habitações dos vivos [...]” (MORIN, 1977, p.144).

Ao enterrarem seus mortos perto dos mártires, acreditavam que próximo a eles pela aliança do túmulo, teriam a alma purificada na vizinhança do sangue destes santos. Consideravam que seus corpos podiam ser cuidados pelos mártires tanto em vida quanto depois de mortos; em vida os manteriam afastados do pecado e em morte os protegeriam do inferno, por isso seus ancestrais tinham a preocupação em fazer associação de seus corpos junto aos mártires (ARIÈS, 2012).

A partir dessa associação com os mártires, à distância que havia entre igreja e cemitério passaram a uma nova configuração, este é agora o mundo específico em que os vivos passaram a realizar o ritual da morte nas cidades, aquela instituição colocada entre indivíduo, família e cidade que passa a preservar a memória dos mortos (WERLANG; MENDES, 2014); o que importava era o corpo permanecer dentro dos limites sagrados, na igreja ou perto dos santos, com a promessa de uma vida eterna, esses corpos dentro da Igreja eram parte de uma realidade da Idade Média, dos séculos XVI e XVII e da Idade das Luzes. Essa familiarização dos vivos com os mortos citada nas obras de Ariès (2012) quer retratar a possibilidade da morte ser vista de forma habitual e comum, pelo fato do homem aceitar a morte como parte de sua natureza tomando as devidas providências para os ritos finais, prestar honra as sepulturas nos cultos funerários e por fim, querer que seus mortos permaneçam na igreja.

## **2.2 O homem diante da própria morte**

A familiaridade com que o homem tratava a morte, como encerramento da vida terrestre, passa a sofrer alterações na segunda fase da Idade Média, isto é, nos séculos XI e

XII, para se compreender melhor essas modificações é necessário atentar para a concepção coletiva de destino implicada nessa familiaridade tradicional. O homem anterior a essa fase não intervia na natureza, pelo contrário a aceitava como parte desta, de um destino constituinte de sua espécie (ARIÈS, 2012).

Essa ideia de um destino coletivo da espécie passa a receber a introdução de novos fenômenos que vão propiciar a preocupação com a particularidade de cada indivíduo. Destes fenômenos apresentaremos: a representação do Juízo Final, no final dos tempos; o deslocamento do Juízo para o fim de cada vida, no momento exato da morte; os temas macabros e o interesse dedicado às imagens da decomposição física; e a volta à epígrafe funerária e a um começo de personalização das sepulturas.

A representação do Juízo Final pautava-se nos mortos pertencentes à Igreja, a qual havia confiado seus corpos; dessa forma, no grande retorno despertariam no paraíso. Não tinha espaço para uma responsabilização individual da conduta do homem em vista de suas ações, fossem elas boas ou más. No século XII isso começa a mudar com a representação da figura inspirada em Mateus, da ressurreição dos mortos e da separação entre os justos e malditos (ARIÈS, 2012). Com isso, no século XIII a representação desse juízo passa figurar numa corte de justiça, em que Cristo está no centro em seu trono para avaliar as almas; e ao redor seus apóstolos e a Virgem como intercessores. O homem era julgado pelo “balanço de sua vida” suas boas e más ações eram separadas nos dois pratos da balança.

O segundo fenômeno refere-se a situar o Juízo não mais no Grande Dia e sim, no quarto, em volta do leito do moribundo. Estando presentes familiares e amigos para que os ritos sejam seguidos, o moribundo assiste a uma cena que é percebida apenas por ele, a invasão de seres sobrenaturais em seu quarto e que se colocam a sua cabeceira; de um lado a corte celeste, do outro os demônios monstruosos. Se nos séculos XII e XIII a reunião acontecia no final dos tempos, no século XV passa a acontecer no quarto do moribundo (ARIÈS, 2012).

A cena destes seres sobrenaturais em volta do leito do moribundo é interpretada de duas formas: primeiro como uma luta cósmica entre bem e mal para ver quem vai ter posse sobre o moribundo; segundo como a última prova em seu último suspirar que determinará sua entrada na eternidade, acompanhada por Deus e sua corte; o moribundo verá sua vida inteira tal qual como está no livro, o amor pelos seres e coisas, as faltas e boas ações. Nesse momento sua atitude definirá se seus pecados são apagados caso resista à tentação ou se as boas ações serão anuladas caso ceda à tentação (ARIÈS, 2012).

Diante disso, duas observações são importantes: a primeira se refere à aproximação entre a representação tradicional da morte no leito e a do juízo individual de cada vida, considerando a morte no leito um rito de passagem que reduzia a diferença entre os indivíduos, pois a ideia de um juízo final trazia para o momento da morte a diferença entre cada indivíduo, haja vista ser esse momento a prova final de sua entrada na eternidade a partir da ação que tomará diante de sua última tentação, ou seja, da escolha que fará diante de seu último ato, ao olhar para sua vida e suas ações. A segunda diz respeito à relação cada vez mais próxima entre a morte e a vida de cada um com a influência das ordens mendicantes nos séculos XIV e XV, de onde o homem passa a rever sua vida inteira de uma única vez no momento de sua morte, em que sua atitude dará o veredicto final a biografia de sua vida (ARIÈS, 2012).

O terceiro fenômeno retrata o cadáver decomposto, que não estava presente nos testamentos do século XVI, considerando que nestes, a morte era ligada a concepção de uma morte pacífica no leito. Morin (1977) retrata essa decomposição como a recusa do indivíduo ao decreto de sua natureza, em que este entra num embate com a morte. O horror da morte física de um cadáver não estava nos testamentos, e, portanto não estaria tão presente na mentalidade comum. O horror à morte física e a decomposição estavam presentes na poesia dos séculos XV e XVI em que os poetas retratavam certa corrupção na qual os vermes não viriam da terra, mas do próprio corpo, e com isso associavam a decomposição como o sinal de fracasso do homem, fracasso esse considerado como um fenômeno novo e original (ARIÈS, 2012).

Conforme descreve Ariès (2012) a compreensão desse fenômeno passa pelo entendimento do que é o fracasso para as sociedades industriais, que o vem experimentando cada vez mais cedo, e que diante da vida adulta não conseguiram por vezes, realizar os sonhos da adolescência. Um sentimento que era estranho às sociedades industriais, visto que a morte era como que esperada pelo homem, entre o sentimento de fracasso pessoal contemporâneo e do fim da Idade Média há uma diferença. Hoje não relacionamos o nosso fracasso pessoal a nossa mortalidade humana, enquanto que o homem da Idade Média possuía a consciência da morte e do que ela lhe retirava. Assim, demonstrava uma paixão pela vida e pelas coisas que o rodeava, uma alteração da percepção, da sua conduta social e das relações com a realidade ao tentar compreender esse processo de morrer (ZIEGLER, 1977); o que para nós pode ser difícil de compreender considerando o maior tempo de longevidade que hoje possuímos. O que é ressaltado por Ariès (2012, p. 61):

[...] Durante a segunda metade da Idade Média, do século XII ao século XV, deu-se uma aproximação entre três categorias de representações mentais: as da morte, as do reconhecimento por parte de cada indivíduo de sua própria biografia e as do apego apaixonado às coisas e aos seres possuídos durante a vida. A morte tornou-se o lugar em que o homem melhor tomou consciência de si mesmo.

### 2.3 O homem diante da morte do outro

Antes do século XVIII o homem expressava duas atitudes diante da morte: aceitação pelo destino de sua espécie através da fórmula<sup>2</sup>: *morremos todos*; e a importância de reconhecer a própria existência nos tempos modernos pela fórmula: *a morte de si mesmo*. No século XVIII a morte ganha uma nova perspectiva, com um novo fenômeno presente na extravagância das fantasias e do mundo imaginário, denotando a morte um significado de exaltação e dramatização. Com isso, deixa-se de se ocupar tanto com a própria morte e passa-se a dar atenção para a ideia da *morte do outro*, esse outro que vai servir de inspiração nos séculos XIX e XX para uma nova forma de cultuar túmulos e cemitérios.

A partir do século XVI e final do século XV o tema da morte ganha uma conotação erótica quando esta passa a ser retratada na iconografia como uma violação. Na arte e na literatura estava associada ao amor por meio de cenas e escritos que expressassem temas eróticos ou mórbidos, observando a complacência diante dos espetáculos de morte, sofrimento e suplícios. Dessa associação com o erótico, à morte passou a ser vista como uma transgressão à vida cotidiana do homem, expondo-o a uma crise que o lançava em um mundo violento e cruel. Surge então a noção de ruptura desenvolvida nas fantasias eróticas e que passa a figurar no mundo dos fatos reais e ocorridos (ARIÈS, 2012).

Segundo Ariès (2012) outra mudança referia-se a relação entre o moribundo e a família, a morte referia-se somente àquele a quem ameaçava, tendo como espaço para expressão de seus pensamentos, sentimentos e agonias o testamento, uma realidade presente até o século XVIII. Haja vista a redação dos testamentos receber uma modificação na segunda metade deste século, em que passa a ser um ato legal de distribuição das fortunas, acaba sendo laicizado no mesmo século.

A explicação da laicização do testamento pode estar relacionada ao fato do testador diferenciar a sua vontade, no que tange a distribuição de sua fortuna das de suas afeições; esta era comunicada aos familiares mais próximos. Uma confiança que até então não era presente, essa mudança na postura do moribundo à beira de seu leito é importante na história da atitude diante da morte, no sentido de que ao demonstrar essa confiança em seus

---

<sup>2</sup> Esse termo foi utilizado por ser citado no texto de Ariès, autor referência no tema.

familiares o moribundo lhe delegava parte dos poderes que antes eram exercidos cuidadosamente pelo mesmo (ARIÈS, 2012).

Os que prestavam assistência aos moribundos deixam de apresentar uma atitude passiva e recolhida, a vivência de um luto excessivo ritualiza-se; inicia após a constatação da morte seguindo o ritual em relação às vestimentas, hábitos e com um tempo de duração determinado. A vivência do luto, do fim da Idade Média ao século XVIII apresentou duas características: a primeira, incumbir à família do defunto a manifestação da sua dor por determinado tempo mesmo que não a sentisse; a segunda, proteger o sobrevivente contra os excessos dessa dor, considerando que mantinha certa vida social ao ter que receber parentes e amigos e diante deles ter a possibilidade de manifestar sua dor dentro dos limites de conveniência (ARIÈS, 2013).

Entretanto, no século XIX esse limite deixou de ser respeitado, passa-se agora a manifestar esse luto de forma exagerada, isso quer dizer que os sobreviventes não aceitavam mais com facilidade a morte do outro como antes, se vive como se os parentes e os amigos jamais fossem morrer (MORIN, 1977). Deixa-se de temer sua própria morte para temer a do outro, a partir desse sentimento se origina um culto moderno dos túmulos e cemitérios. Há agora uma preocupação em localizar a sepultura, para que assim se possa fazer uma visita a seu ente querido (ARIÈS, 2012).

#### **2.4 A morte proibida**

A atitude diante da morte foi se modificando desde a Alta Idade Média até a metade do século XIX, porém, essa mudança foi tão lenta que os contemporâneos não a perceberam. Num passado em que a morte era familiar, aos poucos foi se tornando um fenômeno<sup>3</sup> proibido. Essa mudança se deu nas localidades dos cultos e dos cemitérios do século XIX, que não tiveram o mesmo desenvolvimento que o de locais como a França, Itália, Espanha dentre outros. Ao citar, a sociedade americana que mantinha o rito dos enterros conforme a tradição, bem como a ideia de embalsamento com a finalidade de evitar a putrefação dos corpos; o que pode ser interpretado como possibilidade de recusa da morte, mas que com o tempo foi ganhando o sentido de se tornar objeto de comércio e lucro (ARIÈS, 2012).

Na segunda metade do século XIX surge um novo sentimento em relação ao moribundo, o de evitar falar da gravidade de seu estado, os parentes querem poupá-lo de saber

---

<sup>3</sup> O autor citado no referido parágrafo usa palavra objeto, mas em decorrência do referencial escolhido para discussão do tema, optou-se por usar este termo.

a verdade, perderam a coragem para dizer uma notícia tão cruel. Essa mesma postura também pode ser vista no universo hospitalar, segundo Ziegler (1977) o agonizante é privado de seu próprio estado, como quase totalmente também se oculta o próprio evento da agonia.

Dessa forma, a verdade passa a ser vista como um problema; num primeiro momento essa postura dos parentes pode ser vista como forma de poupá-lo em assumir seu martírio. Porém, isso é superado por outro sentimento típico da modernidade: evitar o contato da sociedade com a agitação e a emoção que a feiura da agonia e da presença da morte, pode gerar em uma vida plena e feliz. É fazer o possível para que os vivos nada percebam, transportar os corpos e reter as lembranças. Àries (2012, p.85) descreve:

[...], pois, a partir de então, admite-se que a vida é sempre feliz, ou deve sempre aparentá-lo. Nada mudou ainda nos ritos da morte, que são conservados ao menos na aparência, e ainda não se cogita em mudá-los. Mas já se começou a esvaziá-los de sua carga dramática, o processo de escamoteamento teve início [...].

Essa mudança vai se acelerar entre 1930 e 1950 pelo deslocamento de lugar que a morte passa a acontecer, visto que a morte antes ocorrida em casa junto aos familiares é descrita por Morin (1977) como a boa morte, pelo fato de ocorrer no leito, no mais íntimo da casa do moribundo. Contudo, a morte se desloca para outro local, o hospital, em que se morre sozinho; esse deslocamento para o hospital se deu por este ofertar os cuidados que já não são possíveis serem realizados em casa. Dessa forma, a morte no hospital ganha um caráter técnico em que a decisão aparece nas mãos do médico e da equipe hospitalar (ARIÈS, 2012).

Diante da morte que aparece agora sobre a decisão da classe médica, Ziegler (1997) destaca o que essa classe define como o instante da morte: inicia com a definição hipocrática do dicionário francês de medicina e biologia que conserva os elementos constitutivos da definição de Hipócrates, a qual seria a interrupção das funções vitais de um organismo vivo, a incoerência funcional dos órgãos e a destruição das unidades celulares e teciduais. O médico diagnostica a morte ao verificar a combinação de sinais físicos, devido ao conhecimento que possui sobre os efeitos provocados pelas doenças ou ferimentos; conceitos de respiração, centros nervosos e cardíacos apresentam certa diferença por serem dependentes mutuamente e poder ser mantidos artificialmente; busca-se determinar a morte somática das funções interrompidas do ser vivo em que não há possibilidade de reversão. No instante que o médico constata a morte do homem por meio do diagnóstico, está realizando um ato social. O morto não pode confirmar sua própria morte, cabem somente ao médico a decisão final e a constatação da morte de fato.

Na Idade Média a família tinha a total confiança do moribundo a quem lhe recomendava as ações necessárias para execução dos ritos ou de outras questões, hoje essa

decisão é direcionada ao médico e a equipe, que definem o momento e a forma como tudo vai acontecer buscando do doente uma espécie de “aceitação”. Uma aceitação que também deveria vir dos sobreviventes, já que estes poderiam apresentar uma emoção forte que precisa ser evitada tanto no hospital quanto na sociedade de forma geral; a expressão dessa dor teria que ser às escondidas, a morte precisava ser o mínimo possível percebida. As formalidades e cerimônias devem ser discretas, a manifestação aparente de luto era condenada, só era permitida em um momento solitário em que se podia chorar, desde que não fosse visto ou ouvido (ARIÈS, 2012).

O lugar ocupado pelo túmulo deixa de ter sentido diante do esvaziamento da morte, a cremação vai ganhando espaço como nova forma de sepultamento, o que para a modernidade significa uma maneira radical de desaparecer com esse corpo e excluir a peregrinação aos túmulos. Apesar dessas novas posições, a morte de um ente é sempre sentida e proibir a expressão desse luto pode agravar o traumatismo pela perda de um ente querido. Segundo Ariès (2012, p.88) “o conjunto dos fenômenos que acabamos de analisar não é outra coisa senão a colocação de um interdito - o que antes era exigido é agora proibido”. Esse interdito a morte, acontece rapidamente ao longo de vários séculos, quando ela era um espetáculo público do qual ninguém fugia cumprindo as exigências necessárias (ARIÈS, 2012).

Uma causa imediata para essa rápida inversão é a contribuição para uma felicidade coletiva, em que nenhum sinal de tristeza deve ser demonstrado, segundo Elias (2001) sentimentos espontâneos e fortes são tolhidos para que os viventes não sintam a morte como contagiosa e ameaçadora. Assim, a sociedade não se arrisca a perder sua razão de ser. A interdição da morte com a finalidade de proteger a felicidade surge nos Estados Unidos no início do século XX, o que não vigorou em sua terra natal, não com tamanha rigorosidade (ARIÈS, 2012).

A preocupação é com as condições de morte na sociedade contemporânea principalmente a que se refere aos hospitais, por a morte estar se tornando uma decisão de médicos e familiares à revelia do doente. Essa literatura paramédica trouxe novamente o discurso da morte de onde havia saído, permitiu que se falasse sobre isso, o interdito também ainda está presente nas sociedades industriais, mantendo-se ou expandindo-se (ARIÈS, 2012). Segundo Ziegler (1977) à vontade e reivindicação do doente, parece não ser mais levada em conta, o que importa agora são os parâmetros técnicos de quem tem autoridade para decidir sobre a morte do outro; impondo uma supremacia médica que acaba gerando uma violência.

Isso favorece o surgimento da classe de tecnocratas que dominam a morte alheia sobre técnicas que os mesmos possuem definição e controle.

Portanto, Ariès (2012) descreve que se vê inicialmente certa familiaridade com a morte, uma espécie de conformação e confiança mística. Depois, deixa de ser apenas uma aceitação de destino para dar lugar às particularidades de cada indivíduo no grande dia, em que tudo pode ser mudado, perdido e salvo. Na época moderna a morte foi perdendo esse ar de familiaridade e ainda que se admita a morte, no fundo de cada um de nós, sentimo-nos como se fôssemos imortais. O que é corroborado também por Morin (1977), em nossas atividades buscamos fugir de qualquer ideia que nos remeta a morte, tentamos esquecê-la.

## **2.5 O olhar sociológico sobre a morte**

A descrição do papel representativo da sepultura pelos autores Morin e Ariès, também é descrita por Ziegler (1997) ao relatar que na época paleolítica do *homo sapiens*, os homens cavaram suas primeiras sepulturas e enterraram seus mortos, começando assim a apresentar imagens da morte futura, que permitiram uma mudança na percepção humana sobre a vida, o mundo e a morte. A sepultura possibilita o crescimento de um conhecimento objetivo.

Ziegler (1977) retrata haver uma sociedade de classes que não possibilita uma consciência igualitária da morte, exemplifica isso com o que acontece com os cadáveres em Paris, há os que são colocados em catedrais góticas e aos pobres que morrem de doenças contagiosas, por exemplo, são enterrados de qualquer forma no Saint-Innocent, sendo seus ossos por vezes expostos a cães.

A atribuição à morte como natural igual para todo homem, ao ser afirmado pela linguagem, ganha significado universal e vai além das práticas reais, como que para justificar sua naturalidade e disfarçar a falta de igualdade diante dela, encobrindo a desigualdade de oportunidades de vida entre os homens, para que estes a aceitem e a vejam como natural diante de um sistema de vida desigual. Isso é retratado com os exemplos ocorridos na França, em relação ao trabalho de um operário e um professor; no que se refere às predeterminações ao local de nascimento cita-se Bangladesh, como promessa de morte rápida e cruel para quem lá nasce, e a Europa como lugar de maior tempo de vida para quem lá vive.

Segundo Ziegler (1977) a imagem de classes está ligada a imagem de morte para o Ocidente, representada pela classe capitalista, que sendo dominante impõe as suas dominadas a sua imagem do que é real. Usando de violência simbólica para impor seus



significados e exercer seu domínio, em relação à morte usa de estratégia cultural para retratar a imagem de uma morte natural e universal, evitando assim, que as classes dominadas expressem sua própria experiência de morte, o que para a classe capitalista representaria uma forma de arma de consciência e revolta. Apesar das questões que aparecem no Ocidente com a postura da classe dominante, é preciso ressaltar que há questões históricas e sociais envolvidas dentro de um campo cultural de estrutura específica que também possui uma história.

Ziegler (1977) destaca que a sociedade ocidental não sabe o que fazer com seus mortos e delega essa responsabilidade a especialistas, como o tanatologista, por exemplo, profissão presente nos hospitais americanos. Relata que até na morte, a sociedade mercantil lucra a se ver empresas funerárias próximas aos cemitérios investindo em anúncios. A família dos vivos também repassa a especialistas remunerados o tratamento dos cadáveres e o cuidado com a sepultura, o significado dos corpos e sepulturas presentes na Idade Média deixa de ter essa significação, o que permanece com os vivos é a memória acesa de seus mortos (ELIAS, 2001).

A sociedade norte-americana apresenta um conceito novo o *death control*<sup>4</sup> em que se utiliza um rim artificial para pacientes com uremia; submetendo o paciente a um tratamento que permite a retomada de sua vida profissional e pessoal. Ainda assim, é preciso pensar o preço que esse moribundo está “pagando” e se essa ação não estaria sendo uma violência ao seu direito de poder decidir se quer submeter-se a esse tipo de tratamento. Ziegler (1977, p. 149) descreve “[...] num último instante de muda violência, arrancar os instrumentos que os ligam aos aparelhos de sobrevivência, a fim de recuperar o direito singular que a sociedade lhes recusa – o de viver a própria morte”.

O investimento elevado para aquisição desses equipamentos levanta uma questão nas clínicas dos médicos, a quem esses escolherão para submeter-se ao tratamento? Ficando presente a ideia de não haver igualdade diante da morte, e sim questões sociais, políticas e econômicas. Essa igualdade se refere às pessoas terem possibilidade de tratamento igualitário, condições de higiene adequada dentro outros que podem sim, levar à morte, muitas vezes a escolha do médico pauta-se no dinheiro, em quem poderá pagar por este novo tratamento. “A sociedade pratica em domínios cada vez mais amplos uma espécie de eutanásia coletiva e clandestina, tanto mais injusta porque muitas vezes na escolha implícita dos sobreviventes o

---

<sup>4</sup> Controle de morte

critério dinheiro representa um papel exorbitante” (SIMONT, 1973, p. 9 *apud* ZIEGLER, 1997, p. 148).

Essa não igualdade diante da morte defendida por Ziegler (1977) se apresenta também no texto de Ariès (2012) no que se refere à sepultura e testamento; este, responsável por estabelecer o local de sepultamento, em que diante de um bom pagamento conseguia aos defuntos locais privilegiado conferindo a bispos e escrivães quantias vultosas, essa ação foi sofrendo alterações quando o testamento passou a ter como objeto a distribuição dos bens entre os familiares. Aquela, em que se sepultavam os defuntos próximos aos santos, nas pedras da nave e dos mosteiros, pagando uma boa quantia em dinheiro, e assim garantindo uma intercessão privilegiada.

No século XVII, na cidade de Anjou, o moribundo recebia a visita de sacerdote para confessar-se, receber a comunhão e a extrema unção; essa celebração em seus últimos momentos de vida era uma forma de ajudá-lo a ter uma boa morte, fortalecê-lo na luta contra os demônios e assim lembrar-lhe dos bons motivos para esperar a misericórdia divina (ZIEGLER, 1977). Em casa, o moribundo morria perto dos seus, os quais compreendiam suas necessidades e poderiam atendê-las. Tinham a empatia e a sensação de não terem deixado de ter sentido para os seus (ELIAS, 2001).

O deslocamento de morrer em casa para morrer no hospital apresenta segundo Ziegler (1977) os seguintes fatores: o avanço tecnológico da medicina e cirurgia, a ida do moribundo ao hospital, a perda das relações diretas entre médicos e pacientes, a decisão de alguns médicos em manter a vida a qualquer preço, o tabu em torno da morte, e por fim os problemas econômicos relativos a esse processo. Com as mudanças em nosso modo de viver, a morte passa a ocorrer no hospital, antes tinha sempre alguém para cuidar dos doentes, hoje já não se encontra tanto quem esteja disponível para isso, precisando às vezes pagar a profissionais como enfermeiros, por exemplo, para esse cuidado. O hospital se tornou o lugar em que antigos cuidados exercidos em casa não são mais possíveis, nesse local há uma instrumentalidade tecnológica que prolonga a vida biofisiológica do doente.

Segundo Ziegler (1977) descreve, através de estudos e pesquisa a autora Elisabeth Kubler-Ross conseguiu identificar sete estágios<sup>5</sup> pelos quais os agonizantes passam ao saberem de sua morte, são eles: choque, negação, cólera, depressão, regateio, aceitação, deatécxis; que nem sempre seguem essa sequência. Desse processo surgem dois “tempos”: o do corpo, separando a doença da agonia até chegar o momento da morte. No segundo, a

---

<sup>5</sup> No livro sobre a morte e o morrer: o que os doentes têm a ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes (1996) cita 5 estágios: negação e isolamento, raiva, barganha, depressão e aceitação.

consciência articulada em cada estágio promove novas formulações, como a esperança do doente por uma sobrevivida autônoma dessa consciência mesmo depois de sua morte.

Embora essas questões não estejam no foco do trabalho é importante apresentar dilemas que vem sendo discutido na contemporaneidade relacionados ao uso de métodos artificiais no prolongamento da vida assim como, a atitude de deixar a morte seguir sua naturalidade, abordando três desses dilemas: eutanásia, distanásia e ortotanásia. Questões que permeiam o campo da bioética da mesma forma que nos campos sociais, jurídicos e religiosos (FELIX *et al*, 2013).

A definição de eutanásia foi sendo discutida e repensada ao longo dos tempos sendo hoje definida como uma prática para abreviar a vida, amenizar e evitar o sofrimento do paciente. Esta apresenta três modalidades de conduta cujo resultado pode ser a morte do paciente: conduta omissiva (quando o agente tem as condições para realizar algum serviço ao paciente, mas não o faz por estar convencido de que abreviará o sofrimento deste, o que resulta na sua morte; conduta ativa direta (fazer uso de terapias analgésicas mesmo sabendo que apesar do uso dessa medicação o paciente falecerá); conduta ativa indireta (é o agente que por convicção humanitária antecipa a morte do paciente, pois o mesmo não pode fazê-lo devido a sua qualidade de vida ínfima e doença incurável, tendo o paciente expressado seu consentimento para tal ação (FELIX *et al*, 2013).

Segundo Felix *et al* (2013) a eutanásia pode ocorrer de duas formas: voluntária, quando é feita pelo próprio paciente ou a pedido dele; involuntária, realizada por outra pessoa com ou sem consentimento do paciente. Em relação ao tipo de ação pode ser: ativa, é a que provoca a morte do paciente sem sofrimento; passiva, é a não tomada de medidas que abrandam o sofrimento do paciente.

A distanásia é considerada uma morte difícil ou penosa que prolonga o processo de morte, com medidas que apenas protelam a vida biológica do paciente sem nenhuma qualidade de vida ou dignidade. Existe o prolongamento do sofrimento e não da vida, considerando os gastos para a instituição de procedimentos que não trarão nenhum benefício terapêutico.

A ortotanásia é associada ao conceito de boa morte ou morte digna, uma morte que não faz uso de medidas que prolonguem uma vida de sofrimento, e sim, promover o cuidado desse paciente em estágio terminal para que não se faça uso de procedimentos invasivos que depreciem sua dignidade humana. A preocupação é proporcionar o conforto, o

alívio e a dor do sofrimento do paciente permitindo-lhe viver seu processo de morte-morrer com autonomia e de forma digna.

Os dilemas que envolvem a morte em seu percurso natural como a eutanásia, distanásia e ortotanásia são possibilidades a serem consideradas para se pensar acerca do tema ainda que possam causar estranhamento ou provocar debates no campo da bioética é necessário dialogar e conhecer melhor esses pontos de vista. Uma discussão que inclui diversas áreas do conhecimento e no qual a Psicologia pode também contribuir com seus estudos e promover diálogos sobre o tema da morte e seus desdobramentos.

## **2.6 O olhar psicológico acerca da morte**

A morte é algo constituinte da existência humana, é aquilo do qual não se pode fugir. E para pensar em um conceito que a defina é preciso considerar a influência que recebe do contexto situacional, a sua relação com o comportamento e a complexidade em defini-la por meio de uma única proposição. Iniciemos com Ziegler (1977) que retrata a morte como uma apreensão pela inteligência, e assim a consciência não conheceria a sua morte, mas sim a do outro como uma angústia a qual tem que enfrentar.

Kastenbaum e Aisenberg (1983) descrevem como as operações mentais estão envolvidas no uso dos conceitos de morte. O uso de termos como morte, morto e morrer, por exemplo, estão associados a fenômenos fora ou além de nossas mentes. Não sabemos ao certo o que está *lá fora* e se existe de fato um *lá fora*. Mas, vivemos nossos processos psicológicos internamente e externamente. Fazemos correspondência de sentimentos e pensamentos às coisas no universo, numa questão de suposição, semelhante ao que tem sido durante séculos. Além de que, os conceitos de morte podem ser analisados e compreendidos sobre diversos aspectos. Dessa forma, analisa-se em primeiro lugar esse conceito de morte no âmbito da Psicologia, ou seja, como um conceito psicológico.

Pensando nessa perspectiva de um conceito psicológico é importante a diferenciação entre conceitos e atitudes, explicando e interpretando a morte para cada um de nós. Quando questionados sobre algo, nós o descrevemos segundo nossa compreensão. Na possibilidade de termos contato com ele, podemos expressar nossa atitude em relação ao mesmo. Assim, nossa relação com qualquer objeto implica nossos componentes de conceitos e atitudes. O fato de saber ou pensar que sabemos alguma coisa sobre um objeto já é um indício dessa possível relação. A relação com esse objeto se estabelece através de nossa atividade cognitiva. Como cita Kastenbaum e Aisenberg (1983, p.6): “[...] da mesma forma, a

existência de uma orientação (por exemplo, abordagem ou aversão) presume algum componente cognitivo. Pelo menos, efetuamos a operação mental de classificar o objeto como algo-a-ser-evitado”.

A discussão da temática da morte compreende além do aspecto cognitivo, o biológico por ser parte do processo natural do ser humano e o simbólico devido ao significado e valores imprimidos às coisas. Portanto, o significado da morte perpassa o contexto social e cultural em que o homem se encontra. A morte simbólica também pode estar representada nas fases do desenvolvimento humano (infância, adolescência, vida adulta e velhice) quando deixamos “morrer” em nós características de uma fase para que outras possam emergir e assim, iniciamos um novo período. Essas “mortes” são experiências que podem permitir a reorganização e ressignificação da vida (COMBINATO; QUEIROZ, 2006).

A percepção da morte de um ponto de vista psicossocial apreende que o próprio desenvolvimento humano é uma construção histórica e social permeada na sua relação com o meio (atividades) e com os outros, uma análise defendida por Vygotski representante da psicologia sócio-histórica compreendendo essa relação com o mundo social uma relação dialética (COMBINATO; QUEIROZ, 2006).

É importante citar que ao se falar da concepção de morte, diferencia-se duas formas: a morte-do-outro e a sua própria morte. O que é descrito pela autora Kovács (1992, p. 5) “[...] no desafio da vida, pode estar a morte, não só a do outro, mas a própria”. Essa como um evento certo no futuro, mas sem hora certa; a última etapa de separação entre mim e o mundo. A partir do objetivo deste trabalho o direcionamento será para a segunda forma, a própria morte; considerando a possibilidade de que pensar sobre sua finitude represente outra visão do mundo e posicionamento perante a vida. Como cita Elias (2001) diante dessa realidade ajustar a vida e em particular o comportamento em relação às pessoas e ao mundo, na duração limitada de uma vida que não se sabe ao certo quando findará.

Considerando a complexidade que envolve o tema da morte, faz-se necessário observar o contexto cultural segundo Kastenbaum e Aisenberg (1983) que contribui para a orientação do indivíduo em relação à morte. Dessa forma, pontua-se a orientação quanto à morte significando a relação direta ou indireta de pensamento, sentimento e comportamento ligado à mesma. Apesar das diferenças existentes entre as sociedades, algumas condições básicas de existência prevalecem na maioria delas. Para a compreensão das interpretações sobre a morte serão apresentadas quatro destas condições. A primeira refere-se à expectativa de vida que era bem limitada, os índices de mortalidade infantil eram altos, morte associadas

ao parto e natimorto eram algumas das causas dessa sobrevida curta; a segunda era assistir a morte de alguém ou encontrar-se com pessoas mortas. Era bem mais comum a participação das pessoas na morte do outro, seu envolvimento com ela (ELIAS, 2001). A terceira, a falta de controle sobre as forças da natureza e por fim, o papel social ocupado pelo indivíduo, como aquele pertencente à sociedade e a qual tinha obrigações a cumprir, e para isso, precisava manter seu bem-estar.

Tendo como parâmetro as quatro condições básicas citadas anteriormente para interpretação sobre a morte, os padrões atuais apresentam novas probabilidades, os Estados Unidos, por exemplo, tem uma expectativa de vida muito maior que nossos ancestrais. Mesmo que haja certa diferença dentro da sociedade devido aos níveis socioeconômicos dos seus indivíduos. A morte parece manter distância dos jovens e adultos de meia-idade e passa a ser “direcionada” para quem insiste em sobreviver, a juventude tem um lugar de destaque. Isolamo-nos da percepção da morte por não termos tanto contato visual com ela, como nas sociedades medievais, visto que hoje há profissionais como os agentes funerários que se dedicam a esse trabalho (KASTENBAUM; AISENBERG, 1983).

Diante da doença e de sua recuperação, se tem o hospital, espaço institucional em que seremos cuidado e na iminência de uma possível morte somos relegados a um espaço fechado, para que nossa morte não seja “assistida” pelos demais. “Nós morremos ou nos recuperamos nos frios lençóis brancos de uma cama institucional” (KASTENBAUM; AISENBERG, 1983, p. 166). Do mesmo modo, a ciência e a tecnologia têm sido utilizadas como a “solução” para se remover qualquer obstáculo do caminho, inclusive à morte. Tem se buscado manobras criativas em busca da imortalidade; tais como néctares, fórmulas raras, ervas, ambrosia entre outras para se lutar contra a morte (KOVÁCS, 1992).

Outras formas de busca por essa imortalidade estão presentes com as beberagens das civilizações agrárias da Ásia Menor e dos centenários búlgaros, como também, os elixires de Paracelso no século XV e do conde de Saint-Germain no século XVII; uma busca mítica por uma longa vida (MORIN, 1977). Apesar dessa busca tanto mítica, quanto pela ciência e tecnologia é preciso que o homem pense que a morte escapa a essa dialética da magia e da técnica, que o homem não pode ir contra aquilo que é parte da sua natureza, ou seja, a morte e até hoje não foi capaz de adiá-la. O que tem sido possível ao indivíduo de hoje é poder decidir sobre suas ações e ideias e a maneira como vai enfrentar o fenômeno da morte.

Diante de áreas do conhecimento, como a Psicologia, História, Sociologia e Antropologia discutem sobre o tema morte, optou-se em apresentar as bases teóricas da

abordagem psicoterapêutica da Logoterapia e Análise Existencial, considerando que esse referencial pode ser uma possibilidade para pensar uma nova perspectiva a respeito da temática.

### 3 FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA LOGOTERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL

#### 3.1 Vida e obra de Viktor E. Frankl

A partir da perspectiva da Logoterapia e Análise Existencial como referencial preponderante da temática deste trabalho, faz-se necessário apresentar o percurso existencial de seu fundador, Viktor E. Frankl., que nasceu em 26 de março de 1905, em Viena; faleceu em 2 de setembro de 1977 também em Viena. A ligação de Frankl com os pais, que eram judeus, era extremamente forte, sentia-se amparado, cuidado e protegido por eles; tanto que nas primeiras semanas e meses tendo que pernoitar fora de casa, por conta do trabalho nos hospitais, sofria muito com saudades dos pais, sempre que era possível ia dormir em casa, da mãe teria herdado a emotividade e do pai, a racionalidade, pelo menos era o que presumia (FRANKL, 1996).

A escolha pela profissão de médico foi tomada ainda na infância, aos três anos de idade, o que causou grande satisfação ao pai. É nessa fase também que iniciam suas primeiras reflexões existenciais, que continuaram na juventude, quando começa a elaborar os primeiros conceitos da teoria da Logoterapia construída mais à frente. Frankl leva um susto aos quatro anos de idade, ao ser tomado pela ideia de que um dia iria morrer, e se perguntava se a transitoriedade da vida lhe roubaria o sentido (FRANKL, 1996).

O pensamento sobre o sentido da vida permaneceu como uma questão durante sua juventude, foi nesse período, aos quinze ou dezesseis anos, que ministrou uma palestra sobre o referido tema a um grupo de trabalho de filosofia na Universidade Popular. Suas reflexões o levaram a perceber como somos questionados pela vida e de como temos que responder às perguntas que ela nos coloca. Isso só é possível quando nos responsabilizamos por nossa existência. “[...] é a própria vida que faz perguntas ao homem. O que o homem tem que fazer não é interrogar, mas ser interrogado pela vida e à vida responder: o homem tem que responder à vida, tornando-se responsável” (FRANKL, 2016, p. 130).

Frankl era de família judia, sua mãe era descendente de Rashi<sup>6</sup> e Maharal<sup>7</sup> sobreviveu a duas guerras mundiais, sendo apenas na segunda, enviado ao campo de concentração. As tropas de Hitler invadiram a Áustria em 1938, e Frankl não conseguiu de

---

<sup>6</sup> Intérprete judeu da Bíblia e do Talmude cujo nome verdadeiro era Salomo ben Isaak.

<sup>7</sup> Era abreviação usada na literatura hebraica para o que se chamava popularmente de “rabino chefe” Rabi Loewn.



imediatamente o visto para si e sua família, levando-o a aceitar em 1940, o cargo de diretor do setor de neurologia do Hospital Rotschild (PEREIRA, 2013).

Quando enfim foi chamado ao Consulado para tirar o visto, esse era individual, Frankl teria que deixar os pais em Viena e ir sozinho para os Estados Unidos. Diante desta difícil decisão, pede por um sinal aos céus, e assim que chega a sua casa encontra um pedaço de mármore em cima da mesa, o qual havia sido encontrado pelo pai em uma sinagoga depois de ser queimada. O pedaço de mármore continha um mandamento, o pai de Frankl descreve a ele, “honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias”... Esse acontecimento leva Frankl a decidir abrir mão do visto e ficar junto aos pais, para Frankl essa decisão talvez já tivesse sido tomada em seu íntimo, o fato ocorrido tenha sido nada mais que um eco da voz da consciência (FRANKL, 1996).

Enquanto Frankl esteve trabalhando no Hospital Rotschild, conheceu a enfermeira Tilly Grosser, casando-se com ela em 1941, um casamento curto por terem sido levados logo ao campo de concentração e depois de um tempo terem sido separados, Frankl iria para Auschwitz enquanto Tilly ficaria em Theresienstadt. Em 1942, a GESTAPO apreende a família de Frankl e os distribui nos campos de concentração nazista.

Nos três anos que viveu essa experiência trágica, passou por quatro campos de concentração: os dois primeiros citados acima e posteriormente Kaufering e Turkheim (dependência de Dachau). Frankl foi libertado aos 40 anos, em 1945, no fim da guerra, e somente no seu retorno a Viena tomou conhecimento da morte de sua mãe, irmão e sua primeira esposa, com quem se casou durante a guerra. Nesse momento Frankl escreve em nove dias o livro que em português tem o título “Um psicólogo no campo de concentração” ou “Em Busca de Sentido” (FRANKL, 2016).

Durante a infância Frankl havia escolhido a Medicina como sua profissão, por ter mantido correspondência com Freud durante todo o ensino médio, decidiu pela psiquiatria e posteriormente, a neurologia. Essa aproximação com a psicanálise permaneceu na graduação, haja vista ter frequentado a Clínica Psiquiátrica na Universidade, onde um dos alunos de Freud, Paul Schilder ministrava aulas (FRANKL, 1996).

Além da figura de Freud como referência da psiquiatria na época, a qual influenciou a decisão de Frankl por essa área de conhecimento, havia o contato com a Psicologia Individual de Adler, em que teve proximidade com dois psicólogos<sup>8</sup> dessa linha individual que apresentavam em suas ideias uma posição antropológica, o que causou fortes

---

<sup>8</sup> Rudolf Allers e Oswald Schwarz que pertenciam a Associação de Psicologia Individual, mas que por não encontrarem mais espaço para uma posição antropológica, deixaram a Associação.

abalos em Frankl. Nesse mesmo tempo, a figura de Max Scheler foi primordial para a autocrítica que faria a si próprio (FRANKL, 1996).

Nos anos vinte, o vocábulo Logoterapia é falado pela primeira vez no ambiente acadêmico durante uma palestra. Já nos anos trinta, como um nome alternativo ao vocábulo criado, utilizou o termo *Existenzanalyse*. Porém, autores norte-americanos que iniciaram publicações na área da Logoterapia, passaram a introduzir o termo “análise existencial” como tradução de *Existenzanalyse*. Com isso, a expressão “análise existencial” foi se tornando ambígua. O que levou Frankl a adotar cada vez menos, o uso da expressão “análise existencial” em suas publicações em língua inglesa, visando evitar mais ainda uma confusão conceitual (FRANKL, 2011).

No campo da psicoterapia, Logoterapia e Análise Existencial desempenham paralelamente as respectivas finalidades, esta, com a inclusão da existência; aquela, com a inclusão do *logos*. No que se refere ao *logos*, significa uma reflexão progressiva sobre o sentido e os valores, isto é, sobre um *dever-ser*. Para a existência significa uma reflexão igual à autorreflexão sobre a liberdade e a responsabilidade, ou seja, sobre um *poder-ser*. Por ambas serem voltadas para uma psicoterapia orientada para o espírito, dividem-se da seguinte forma: Logoterapia, como terapia parte “do” espiritual, e em análise existencial volta-se “para” o espiritual. Na Análise Existencial tem como foco a luta do homem em torno do sentido, não só o sentido do sofrimento, mas o sentido na vida. A busca em encontrar tal sentido e a aspiração aos valores (FRANKL, 1978).

Essa discussão em Logoterapia e Análise Existencial também são apresentadas no livro *Psicoterapia e Sentido da Vida*, ao descrever como a Logoterapia alarga o horizonte da psicoterapia, e de forma paralela pela análise da existência, como forma que é da Logoterapia, lidar com circunstâncias em que os homens em sentido clínico não estão propriamente doentes, o seu sofrimento se constitui num objeto de uma psicoterapia do espírito. O que se quer é levar os pacientes a concentrarem o máximo possível em suas vidas, mostrando-lhes que cada homem tem um fim único e que conduz a um único caminho, em que diante das situações da vida poder chegar à realização de suas possibilidades (FRANKL, 2016). O papel do logoterapeuta é permitir ao paciente ampliar seu campo visual, de modo que este tenha consciência de sua responsabilidade e decida pelo que, perante “que” ou “quem” se julgará responsável (FRANKL, 1987).

As denominações dadas por outros autores à teoria criada por Frankl devem ser compreendidas dentro da conjuntura de vivência de seu fundador, este era médico, psiquiatra

e clinicava. Portanto, como um método a ser usado na psicoterapia era enquadrado na psiquiatria existencial<sup>9</sup> (FRANKL, 2011). Era chamada oficialmente por Wolfgang Soucek como *Terceira Escola Vienense de Psicoterapia*, a que de certa forma se confirmava, já que seu criador de alguma maneira passou pelas escolas anteriores de psicoterapia de Viena, ainda que brevemente, a citar o artigo publicado em 1924, na Revista Internacional de Psicanálise, por iniciativa de Freud. Em 1925, na mesma revista foi publicado outro artigo, este por iniciativa de Alfred Adler (FRANKL, 1996).

A Logoterapia centraliza-se no sentido da existência humana, na busca deste pela pessoa, essa busca pelo sentido é a força motivadora no ser humano segundo essa teoria; por isso que escolhe esse termo, pois, *logos* vem do grego que quer dizer, *sentido* (FRANKL, 1987). A criação dessa teoria era também uma luta contra o pandeterminismo, ou seja, para Frankl era errôneo e perigoso tomar o homem apenas por seus condicionantes, sem enxergar a possibilidade que o homem tinha em última análise de ceder ou não a eles como também ao reducionismo biopsíquico da época, isto é, negligenciar o caráter humano de determinados fenômenos, reduzindo-os a epifenômenos subumanos. Como cita Frankl (1996, p.78):

[...] dói no coração estar diante de pessoas que não apenas estão sofrendo psicicamente, mas que também estão sendo prejudicadas pela psicoterapia. A luta contra as tendências despersonalizadas e desumanizadoras que emanam do psicologismo na psicoterapia é realmente o fio condutor que perpassa todas as minhas obras.

As primeiras ideias sobre a teoria tinham se desenvolvido até certo ponto, ou seja, seus primórdios estavam se construindo. Em 1929, o mesmo pensava em três grupos de valores que possibilitassem encontrar um sentido para a vida. Seriam estes: uma ação realizada; uma obra criada; ou uma vivência, um encontro e um amor. Diante de um destino imutável ainda podemos encontrar um sentido na vida; naquilo que nos é mais humano, a capacidade de transformar o sofrimento em realização humana.

### 3.2 Ontologia Dimensional

Ao criar sua teoria, Frankl (2011) apresenta a abertura de uma nova dimensão, a dimensão dos fenômenos noéticos ou dimensão noológica, diferente das já existentes dimensões biológica e psicológica. Nessa dimensão estariam localizados os eventos tipicamente humanos, a mesma é uma conceituação antropológica. A dimensão noológica é

---

<sup>9</sup> Nesse sentido, as afirmações pertinentes podem ser encontradas em materiais escritos por outros autores e nos prefácios de alguns livros de Frankl, respectivamente: D. F. Tweedie (1965); Robert C. Leslie (1965); Godfryd Kaczanowski (1965); James C. Crumbaugh (1965); Joseph Lyons (1961); Lawrence A. Pervin (1960); Gordon W. Allport (1963); e Aaron, J. Ungersma (1961).

apresentada como àquela que permite ao homem elevar-se sobre si, julgar e avaliar as próprias ações e realidade em termos morais e éticos.

Segundo Pereira (2013) é nessa noologia que se compreende a existência do homem, uma existência que segundo Frankl é vivida segundo o espírito. É nesse “Ex-sistir” que esse ser de liberdade eleva-se sobre a própria constituição psicofísica, posicionando-se diante de si mesmo e requerendo um sair de si mesmo. É nesse espírito que a existência acontece não se esgotando em qualquer “ser assim”.

Esse homem que para Frankl é uma unidade apesar de sua multiplicidade, sugerindo que seus modos de ser possam apresentar-se separadamente entre si. Para retratar essa concepção de homem fazendo jus as diferenças ontológicas e a unidade antropológica propõe um modelo dimensional, fazendo uso da concepção geométrica de dimensão, que nomeou de ontologia dimensional, essa concepção geométrica era entendida como uma analogia a diferenças qualitativas que em sua unidade não anulam a estrutura (FRANKL, 2011).

Essa ontologia dimensional foi pensada por Frankl para que se pudessem explicar as três regiões ontológicas fundamentais: corpo, psiquismo e espírito. As três categorias compreendem a concepção de homem para a Logoterapia e Análise Existencial. Pontuando-se que ambas são reflexivas, ou seja, não podem ser pensada uma sem a outra, sua constituição presume, por lógica, a outra. Nessas dimensões não deve haver categorização, mas sim uma compreensão elevada acerca delas, no que se refere à complexidade e identidade de diferença, ou seja, dimensões inferiores e superiores aqui, não tem prejuízo de hierarquia ou implicação de valor; e sim, da dimensão superior abranger e incluir a dimensão inferior (PEREIRA, 2013).

As categorias corpo, psiquismo e espírito estão suprassumidas em si e para compreender melhor essa organização dialética, apresentaremos o esquema teórico de Vaz com fins de introduzir a antropologia explícita subentendida no pensamento de Frankl, o corpo é a categoria de entrada, a constituição biológica do homem e os fenômenos somáticos de seu organismo. Vaz prefere expressão “corpo próprio” pela análise que fez das palavras em alemão *Körper* e *Leib*, permitindo assim uma designação da especificidade ativa e passiva do corpo do homem (PEREIRA, 2013).

Para Pereira (2013) o homem é corpo quando seu suporte material se revela estrutura constituinte de sua essência, ou seja, estar aí. O homem não é corpo quando sua presença se exterioriza por meio do seu corpo, como polo imediato do seu ser no mundo, isto

é, ser aí: esses limites da corporalidade são ultrapassados pela dialética do psiquismo e do espírito. É nessa linha de pensamento que Frankl diz que o somático ultrapassa o domínio material, já que simultaneamente o “físico abrange o material”.

O psíquico faz parte da esfera das sensações, impulsos e desejo. Uma consciência cognitiva que pode associar talentos intelectuais e adquirir padrões de comportamento, seria o polo mediador entre corpo próprio e espírito. Está na fronteira materialidade exterior (presença imediata ao mundo) e a interioridade absoluta (presença de si a si próprio). Para ilustrar esse limite da categoria psíquica, Frankl faz uso da imagem aristotélica:

A relação entre *morphe* e *hyle* é semelhante à relação entre o psíquico e o corporal, ou seja: a primeira dimensão pertence à imediatamente superior como última. Consequentemente, também é legítimo, no sentido do hilemorfismo, que a psique seja chamada de uma *forma corporis*. Só que, diante da relação análoga entre o espiritual e o psíquico dentro da “psique” como uma forma corporis, teríamos de distinguir, de um lado, entre o “psíquico espiritual”, como eu gostaria de chamar, uma *forma formans*, e do outro, o psíquico corporal, como eu gostaria de chamar, *forma formata*. De fato, o homem se conforma a si mesmo, ao mesmo tempo em que o espiritual nele, ou seja, ele mesmo como pessoa espiritual, se forma e em suma se cria a si mesmo como caráter psíquico, *i.e.*, o psíquico nele: “a pessoa é criativa”, “o caráter é algo criado” (FRANKL, 1995, p.70 *apud* PEREIRA, 2013, p.73).

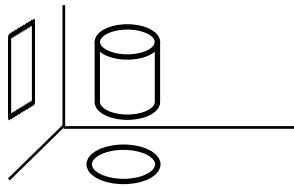
No psiquismo o homem tem contato com seu primeiro degrau de interioridade, mediado pela percepção e pelo desejo. É por meio desse elemento psíquico que a exterioridade é reconstruída na interioridade, onde ocorre o entrecruzamento entre o “ser no mundo” e o “estar no mundo”. Enquanto esta categoria constitui o próprio ser do homem no mundo, este homem é seu psiquismo. Quando a autoafirmação humana possui uma amplitude transcendental que não se esgota na dimensão psicossomática humana, o homem não é seu psiquismo (PEREIRA, 2013).

É na dimensão espiritual segundo Pereira (2013) que se constitui o lugar ontológico da consciência moral e onde Frankl apresenta a noção de “homem incondicionado”: de forma ética como aquele que em condição alguma renega sua humanidade, ou seja, “está com ela” incondicionalmente. Numa definição existencial, ontológica, é incondicionado quando “não se deixa absorver” pela condicionalidade, ao não ceder às condições do meio ao qual está colocado (FRANKL, 1978). Como cita Pereira (2015, p.7):

[...] A dimensão espiritual empodera o homem com a capacidade de tornar inteligíveis as dinâmicas de determinação e controle de que ele participa, transformando o que, a princípio, se mostra como automatismo em autonomia. Encontramos, aí, a dimensão distintiva e essencial do ser do homem, fonte dos fenômenos tipicamente humanos.

A ontologia dimensional proposta por Frankl se baseia em duas leis. A primeira diz: “quando um mesmo fenômeno é projetado de sua dimensão particular em dimensões diferentes, mais baixas do que a sua própria, as figuras que aparecerão em cada plano serão contraditórias entre si” (FRANKL, 2011, p. 34), ou seja, a projeção resulta em inconsistência. Por exemplo, se pegarmos um copo, representado geometricamente em forma de um cilindro, em espaço tridimensional, projetando-o nos planos horizontal e longitudinal; teremos de um lado um círculo, no outro um retângulo (FRANKL, 2016). Conforme a figura abaixo:

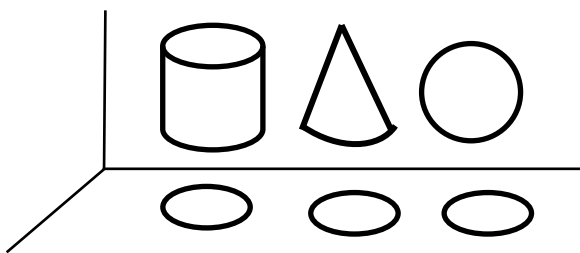
Figura 1 – Primeira lei da ontologia dimensional



Fonte: Frankl (2016, p. 66)

Em relação à segunda lei, esta diz: “quando diferentes fenômenos são projetados de suas dimensões particulares em uma dimensão diferente, mais baixa do que a sua própria, as figuras que aparecerão em cada plano serão ambíguas” (FRANKL, 2011, p.35), isto é, dessa projeção resulta a isomorfia. No exemplo abaixo, temos um cilindro, um cone, uma esfera num espaço tridimensional, projetando-os num plano horizontal, teremos em qualquer um dos casos, um círculo (FRANKL, 2016):

Figura 2 – Segunda lei da ontologia dimensional



Fonte: Frankl (2016, p. 67)

Tomando o homem na dimensão do especificamente humano com base em uma projeção nos planos biológico e psicológico associado às leis da ontologia, teríamos a representação da primeira lei, as figuras obtidas em oposição umas às outras. No plano biológico, os resultados de fenômenos somáticos; no psicológico, os fenômenos psíquicos (FRANKL, 2016). Apesar da oposição com a projeção, essa não contesta a unidade real do homem, que não se divide, cinde ou subdivide justamente por ser uma unidade, em que há

uma “tri-unidade” dessas dimensões em que a espiritual se “eleva” sobre as demais (PEREIRA, 2013).

Em relação à segunda lei, Frankl fundamenta sua crítica a uma patologização generalizada, de ver o doente para além de uma psicopatologia, e na luz da Logoterapia e Análise Existencial compreendê-lo no âmbito espiritual, “olhar para o *logos* que está por detrás do *pathos*, para o sentido que a afecção tem” (FRANKL, 2016, p. 71) em que um diagnóstico multidimensional permitirá a sintomatologia se tornar ambíguo.

Ao se falar da dimensão noológica em que estão presentes o que é tipicamente humano, podemos falar de capacidades exclusivamente humanas: autodistanciamento e autotranscendência; aquele como a capacidade humana de distanciar-se não só das situações como também de si mesmo, tomando uma atitude com respeito a si mesmo colocando-se pra além de determinantes psíquicos e biológicos, o que implica também em uma autocompreensão, o humor e o heroísmo são exemplos dessa capacidade. Na autotranscendência, o homem ultrapassa a si mesmo em direção tanto a outro ser humano, quanto a busca do sentido. O amor e a consciência são exemplos de manifestações dessa capacidade exclusivamente humana (FRANKL, 2011). Dessa forma, quanto mais o homem se esquece de si e se dedica a algo ou alguém, mais humano se torna e mais se realizará também, a autorrealização é um efeito colateral da autotranscendência (FRANKL, 1987).

Segundo Frankl (2005) é a relação com a autotranscendência que permite a abertura da existência, sem isso a existência vacila e desmorona. Essa abertura pode ser vivida em um momento e falhar em outra. Ambos, fechamento e abertura podem ser conciliáveis entre si. Uma premissa que também valeria para a liberdade e o determinismo. O determinismo na dimensão psicológica e a liberdade na dimensão noética, em que se está a dimensão humana, ou seja, a dimensão dos fenômenos.

A capacidade da autotranscendência presente no humano se reflete na qualidade “intencional” dos fenômenos humanos; ao se negar a autotranscendência da existência, a desfiguramos, materializamos, reduzimos o ser a uma mera coisa. Despersonalizamos o ser humano e transformamos o sujeito em objeto. A relação do sujeito com os objetos intencionais está em termos de valores e significados que têm função de motivos e razões. E ao negar essa capacidade, podemos fechar a porta aos significados e valores e então fazer a substituição das razões e motivos por processos de condicionamento, e possibilitar que “persuasores ocultos” operem nesse condicionamento, ou seja, manipulem o homem (FRANKL, 2005).

### 3.3 Fundamentos antropológicos

#### 3.3.1 Liberdade da Vontade

Partindo de implicações metaclínicas, a psicoterapia apresenta uma visão de homem, ou seja, uma teoria antropológica e uma filosofia de vida subjacente (FRANKL, 2011). Na Logoterapia, essa visão de homem pauta-se em três pilares, que são as estruturas fundantes desse referencial, são eles: a liberdade da vontade, a vontade de sentido e o sentido da vida.

O primeiro deles, estar relacionado ao fato do homem tomar uma atitude diante das condições que se apresentem a ele. Ainda que sejam as piores condições imagináveis, e Frankl fala disso como possibilidade diante de tudo que enfrentou no tempo que esteve no campo de concentração, decidindo como enfrentar aquela situação e testemunhando também o posicionamento de outros colegas (FRANKL, 2005).

No que se refere ao segundo pilar, esse se definiria como a força mais básica do homem para descobrir e realizar sentido e propósitos. O último pilar, fala de o homem encontrar um sentido na vida, sentido este que é único e diferente de pessoa para pessoa, de situação para situação. Para encontrar este sentido, Frankl (1996) fala de três categorias de valores: valores de criação, valores de vivência, sendo possível ainda diante do sofrimento e de uma situação que não pode ser mudada, se descobrir um sentido, estando aí a última categoria de valores, ou seja, valores de atitude.

A liberdade para Frankl deve vir acompanhada da noção de responsabilidade, uma responsabilidade que é consciencializada pela análise da existência, daquilo que não se repete citando o caráter de algo único da sua existência (FRANKL, 2016). Como descreve Aquino (2011) a consciência estimula, aponta se necessário uma direção para a qual o homem deve mover-se em dada circunstância da vida, baseado em uma responsabilidade pessoal e no mundo dos valores e sentidos.

Nesse pilar a logoterapia distingue entre responsabilidade e ser responsável, este como uma vontade própria assumida pelo indivíduo, aquela como uma imposição de alguma autoridade; se essa autoridade não vier de forma exterior, que surja de forma interior, como uma disciplina em que se decida de forma pessoal como responder perante seus atos. Necessitando aceitar sua responsabilidade perante as escolhas feitas para que dessa forma seja conduzido a uma existência significativa e possuidora de sentido (FABRY, 1984).



O destino concreto do homem tem seu caráter de unicidade, e se diante dele o homem se rebelar contra o que nada pode fazer ou tem qualquer responsabilidade, poder ou culpa, é que não percebeu ainda o sentido do destino. De que nesse espaço é único, e é nessa singularidade que é gerada a responsabilidade pela configuração de seu próprio destino (FRANKL, 2016). Diante daquilo que não é modificável, o homem ainda pode escolher que posição tomar diante dessa situação que não se pode modificar. Pois, no passo que não pode mudar a situação que se encontra, pode mudar a si mesmo diante dessa situação que não tem possibilidade de ser alterada (AQUINO, 2011).

Na concepção de Lange (1992 *apud* AQUINO, 2011) a liberdade humana tem diante de si muitas possibilidades existenciais e condutas pessoais, tendo, portanto uma liberdade relacionada a uma missão, em que se pode encontrar aquilo que nos orientará diante da capacidade de tomar uma decisão. A liberdade pensada sem o destino não é possível, é preciso se colocar em face desse destino e estar livre para comportar-se diante dele. Como descreve Frankl (2016, p. 158):

O destino pertence ao homem como o chão a que o agarra a força da gravidade, sem a qual lhe seria impossível caminhar. Temos que comportar-nos em relação ao destino como em relação ao chão que nós pisamos: estando em pé; sabendo, entretanto, que esse chão é o trampolim donde nos cumpre saltar para a liberdade.

Segundo Frankl (2016) o homem é livre, mas essa liberdade está ligada a vínculos considerados pontos de partida para a sua liberdade. Não devem ser vistos na ótica de uma submissão humana, fazendo analogia ao chão, o homem transcende-o passo a passo, e assim, o vê como um ponto de apoio para que possa saltar. O homem é um ser que precisa se libertar de todo e qualquer determinismo (seja ele determinado biologicamente, psicologicamente e sociologicamente), ou seja, transcender a estes, dominá-los ainda que dependa deles. É como descreve Fabry (1984, p. 145) “a Logoterapia declara que a liberdade é um atributo exclusivamente humano, que permite ao homem elevar-se acima de toda a limitação biológica, psicológica ou ambiental”.

Nessa relação paradoxal, o homem precisa se movimentar para um patamar de **poder-ser** e o **que é**; agindo assim com responsabilidade sobre aquilo que depende dele mesmo (AQUINO, 2011, grifo do autor). Isso se confirma no que Fabry (1984, p.145-146) cita: “liberdade não significa “fazer o que se quer”, mas “querer o que é necessário”. O homem é livre quando se considera parte de uma ordem e se sente responsável por isso”.

O homem é um existir humano, ser-responsável e ser-livre, ser que decide o que é, um ser-aí, esse existir se caracteriza quando diante da multiplicidade de possibilidades pode decidir apenas uma única para realização no seu ser. Na possibilidade de decidir sobre seu ser

em cada caso concreto, pode chegar até mesmo a decidir por anular a si próprio (FRANKL, 2016).

### 3.3.2 Vontade de Sentido

Segundo Frankl (2011) nesse pilar se encontra o esforço mais básico do homem em ir à busca da realização de sentidos e propósitos. O homem como um ser aberto que não está limitado a um meio, realiza essa busca no mundo, um mundo onde encontrará outros seres humanos e sentidos para cumprir. Como descreve Pereira (2013, p.91) “o sentido apresenta um caráter objetivo de exigência e está no mundo, não no sujeito que o experiencia”, o que é possível por meio da característica apresentada por Frankl como constitutiva da existência humana, ou seja, a autotranscendência. Essa visão de Frankl é contrária a teorias que se baseiam no princípio da homeostase, em sua visão essas teorias veem o homem como um sistema fechado que se preocupa com a manutenção de um equilíbrio interno.

Essa abertura ao mundo é explicada por Scheler a partir da distinção dos esquemas cognitivos do homem e do animal. No animal, o comportamento é iniciado pelo estado “fisiológico-psíquico” e o ambiente ajustado às especificidades fisiológicas e sua estrutura sensório-pulsional. Nesse estado se traduz uma meta pulsional que o direciona, ditando as alterações reais que vai produzir no meio ambiente. Essa alteração no ambiente vai ocasionar a constituição de outro estado “fisiológico-psíquico”, que nessa relação vai se alterando constantemente. No homem como um ser espiritual, há outro tipo de operação: há liberdade diante desse meio ambiente e uma abertura para o mundo. O homem consegue elevar seu estado fisiológico-psíquico para uma categoria de objeto, consegue uma autoconsciência, ou seja, capacidade de reflexão que é característica essencial de sua humanidade (PEREIRA, 2013).

A vontade de poder e prazer seriam derivações da vontade de sentido, “o que movimenta o homem não é a vontade de prazer e nem a vontade de poder, mas uma necessidade primordial que se chama vontade de sentido” (AQUINO, 2011, p.n30), o prazer é um efeito dessa realização de sentido e o poder um meio para um fim. Somente quando se frustra a orientação original pelo sentido é que se pode satisfazer-se com o poder ou alicerçar-se no prazer. A felicidade e o sucesso devem ser apenas substitutos para a realização (FRANKL, 2011). Pois, quando há realização se dispõe de uma razão para ser feliz e diante dessa razão para ser feliz, a felicidade surge como um efeito colateral.

Segundo Frankl (2011) a noção que apresenta sobre a vontade de sentido se coaduna com as ideias da autora Charlotte Bühler, que citava em sua teoria, a realização fazer parte do objetivo final. Contudo, para Frankl, (2016) deve-se entender realização como realização de um sentido, sendo mais que uma realização de si ou autorrealização, esta não deve ser um fim em si mesmo, pois assim estaria ferindo o caráter autotranscendente da existência humana, pelo contrário, deve ser um efeito da realização de sentido, pois só quando o homem busca o sentido lá fora, no mundo, é que se realizará. É como descreve Aquino (2011, p. 31) “[...] o ser humano deve estar direcionado para um sentido ou valor encontrado nas situações”.

Frankl compreende que quando o homem torna a autorrealização um objeto se afasta dela, vendo que a preocupação excessiva sobre a mesma pode ser entendida como frustração da vontade de sentido. Aquino (2011, p. 31) cita: “[...] o homem que anseia pela auto-realização como um fim em si mesmo, não consegue realizar e preencher sentido”. Faz uma analogia com o bumerangue, que só volta ao caçador se este tiver errado o alvo, assim é com o homem, só retorna a si mesmo e se engaja na autorrealização se tiver falhado na sua missão (FRANKL, 2011).

Segundo Frankl (1987) a frustração da vontade de sentido, ou seja, frustração existencial tem o termo existencial referenciado de três formas: primeiro, existência em si no modo especificamente humano do ser; segundo ao sentido da existência; e terceiro a busca por um sentido concreto na existência pessoal, ou seja, a própria vontade de sentido. Conforme descreve Aquino (2011, p.31-32) “a vontade de sentido diante das situações existenciais é que motiva o indivíduo [...] a motivação é objetiva, ou seja, encontra-se nas situações concretas da vida, indo além das necessidades humanas”.

O que Maslow considerou como experiências de pico<sup>10</sup> devem ser vistas como efeitos, como aquilo que não pode ser diretamente perseguido. Essas experiências são uniformes causadas por estímulos diferentes, enquanto as experiências subjetivas visam ser semelhantes. Dar mais peso aos conteúdos dessas modalidades do que as experiências acabam por denotar certo descaso do caráter autotranscendente da existência humana. E como colocam Alport e o próprio Maslow, há um caráter intencional da experiência humana, um direcionamento por alguma intenção (FRANKL, 2011).

Em decorrência disso, relata a importância na psicologia de se ver os fenômenos situados “em um contexto”, de forma específica; o prazer, a felicidade e as experiências de

---

<sup>10</sup> É como um perder-se de si mesmo ou um transcender-se a si mesmo em função de uma fusão com a realidade observada e como uma espécie de integração de si mesmo com o outro, quer dizer, uma experiência não dual.

pico na correspondência de seus respectivos objetos, considerando a razão sob duas perspectivas: “a *razão* que alguém tenha para ser feliz, ou a *razão* que alguém tenha para experimentar o prazer ou passar por experiências de pico (FRANKL, 2011, p. 55)”. É preciso considerar os objetos que envolvem os fenômenos a que se referem para não empobrecermos a psicologia. Explorar o comportamento humano no contexto em que se faz referência aos seus intencionais (FRANKL, 2011).

Os autores Crumbaugh e Maholick declaram que a vontade de sentido é mais um instinto humano. Porém, Frankl não concorda com tal declaração, pois pensar o homem dessa forma é estar vendo esse homem preocupado basicamente com o equilíbrio interno, enquanto Frankl acrescenta que a realização do sentido vem por uma finalidade intrínseca e não por uma proposta individual. Pensando por esse viés, se corre o risco de descrever de forma inadequada o real estado das coisas. Sem fazer nenhuma observação tendenciosa do que ocorre no homem, quando este se orienta pelo sentido, é possível perceber de forma diferenciada quando de um lado é conduzido por um instinto e de outro, quando luta para realizar algo.

É importante deixar claro que a Logoterapia e Análise Existencial não renega os instintos em si, nem em seu caráter ôntico, nem ético. Quando necessário o homem pode assegurar seu instinto, só deve antes negá-lo no sentido de não assegurá-los à custa da liberdade, agindo com responsabilidade e sempre num contexto. Pois, apesar de ser impulsionado pelos instintos, é contido pelo sentido, “e isso implica que sempre caberá a ele decidir se o sentido deverá ou não ser realizado. Desse modo, a realização de sentido sempre implicará a tomada de decisão” (FRANKL, 2011, p. 59).

Outro ponto levantado por Frankl refere-se à tensão, acredita ser esta um processo ontogenético paralelo ao filogenético, em que as pessoas estão sendo menos exigidas e poupadas de situações de tensão, atribuindo essa falta de tensão a uma perda do sentido que descreveu como “vácuo existencial” ou frustração da vontade de sentido. Na sua visão uma quantia equilibrada e sadia de tensão, provocada certamente, por um sentido a preencher é imanente ao ser humano e fundamental para seu bem-estar mental. A função da Logoterapia e Análise Existencial não é fornecer respostas, seu papel se aproxima mais da figura de um catalisador. “Eu não encontrei ainda uma resposta para minhas perguntas sobre sua filosofia, mas você lançou as bases para que eu mesmo iniciasse um processo pessoal de autoanálise novamente” (FRANKL, 2011, p. 61).

### 3.3.3 Sentido de Vida

Segundo Frankl (2005) a logoterapia é uma (psico)terapia centrada no sentido, sua proposta é ser uma terapia através do significado, de perguntar-se em meio a luta pela sobrevivência por um “para que”, por um sentido pelo qual viver. Sentido este que pode ser descoberto mesmo diante do sofrimento, e na dimensão de fenômenos especificamente humanos essa busca por um sentido de sua vida também se faz. É como Frankl (1978, p. 19) cita no seu livro *Fundamentos Antropológicos da Psicoterapia* “o sentido não pode ser dado, deve ser encontrado”.

A procura pelo sentido está na compreensão das características do que é real, nessa tarefa de achar o sentido, o homem é orientado pela consciência, essa que é considerada o órgão do sentido e a qual tem a capacidade de descobrir o sentido único e não reproduzível que se encontra em cada situação (FRANKL, 1978). E que ao encontrar o sentido, a consciência o percebe e descobre várias configurações sobre ele naquilo que é real e possível também, com base na vontade de sentido (FRANKL, 1992). Para que dessa forma o homem não caia no conformismo, isto é, fazer o que os outros fazem; ou então no totalitarismo, ou seja, fazer o que é imposto pelos outros, mas sim encontre o significado da sua vida (FRANKL, 2005).

O que Frankl (2005) pontua é o fato de o homem responder as questões que a vida lhe coloca e assim, poder realizar o sentido que esta lhe oferece. Segundo Aquino (2013, p. 65) “o sentido do momento requer uma avaliação do que a vida está exigindo naquela situação específica, para aquele indivíduo específico”. O mesmo não pode vir a ser separado de seu contexto, para que não venha a cair exatamente no reducionismo; deve ser uma descoberta individual de cada pessoa, de situação para situação no cotidiano do homem de forma única, singular e mutável haja vista que no contexto de uma situação real a possibilidade de encontrar sentido é transitória aquela situação vivenciada. Se o homem estiver atento às situações da vida, esta volta a ter sentido para ele. E permite que sua consciência esteja atenta contra os efeitos do totalitarismo e conformismo e os renuncie, “[...] somente uma consciência desperta é que o torna “resistente” ao conformismo e totalitarismo (FRANKL, 1992, p. 70)”.

Segundo Frankl (1992) a educação de sua época deveria preocupar-se para além de só transmitir conhecimento, deveria também aumentar a consciência para perceber e apreender o que é exigido de cada situação individualmente, de estar presente o senso de responsabilidade como algo fundamental, para que o ser humano seja responsável em sua escolha entre o que é ou não essencial, o que tem ou não sentido, e o que se justifica ou não.

Cabe salientar que de forma alguma o logoterapeuta deve dizer qual é o sentido da vida de seu paciente, pode afirmar que a vida tem um sentido, mas nunca dizer-lhe qual é o sentido, essa descoberta cabe ao paciente (FRANKL, 2005). Autores como Redlich e Freedman também compartilhavam desse mesmo pensamento repudiando qualquer coisa que fosse oposta a isso (FRANKL, 2011).

Frankl (1978) fala de três possibilidades para se encontrar um sentido para a vida, ou seja, uma tricotomia. Três tipos de valor: criativos, vivenciais e atitudinais. Segundo Aquino (2013) os valores são sentidos universais experienciado pelo homem nas situações típicas de sua condição humana, visto como fenômenos autônomos apresentam as seguintes características: não podem ser extinto pela temporalidade, devem estar na esfera ontológica, não tem existência, e possuem objetividade.

O primeiro desses valores são os valores de criação, esse grupo se refere ao que o homem oferece ao mundo, por meio do seu trabalho, de uma obra criada ou no completar da ação. O segundo relaciona-se aquilo que o mundo nos oferece, através dos encontros, relações e experiências com algo ou alguém. E por último àquele que fala da atitude tomada pelo homem diante de um destino imutável, ou seja, o valor atitudinal. Por isso, a vida nunca deixa de ter sentido; pois até mesmo numa situação de sofrimento é possível se encontrar um sentido a ser realizado. Vale destacar que esse sofrimento é específico para aquilo que não se pode mudar, pois se há um sofrimento em que é possível a mudança, não fazê-lo, por exemplo, não traria sentido algum, pelo contrário, seria uma forma de masoquismo ao invés de heroísmo (FRANKL, 2011).

Segundo Frankl (2005) perante o sentido do sofrimento aquela situação que não se pode mudar, somos provocados então a mudar a nós mesmos, uma mudança que acarreta crescimento além de si próprio, renascimento maior ao que se era antes, uma superação. O sentido que é descoberto nessa última categoria de valor é diferente das anteriores por propiciar uma dimensão diversa que trás à tona a figura do *homo patiens*, como aquele que sofre, sabe sofrer, mas também é capaz de transformar a dor em uma conquista humana. Como o próprio Frankl (2011, p. 94) cita: “[...] esse sofrimento não só deve ser afirmado como deve ser transformado em algo significativo”.

De acordo com Pereira (2013), na tricotomia há uma hierarquia interna em que os valores atitudinais se elevam em relação aos demais, pelo fato, de que mudar a si quando nada mais pode ser modificado é o mais criativo dos potenciais humanos. Frankl (2015, p. 74) descreve: “[...] a aceitação, ao menos no sentido de que esta nos faz suportar um sofrimento

de forma correta e leal a um destino autêntico, é por si mesma uma ação - mais do que isso, a mais elevada ação e a mais elevada realização permitida a um homem”.

### 3.4 Tríade Trágica

Segundo Frankl (1987) o otimismo trágico é a possibilidade de a pessoa permanecer otimista apesar do que em Logoterapia se chama tríade trágica, essa que é restrita a três aspectos da existência humana: sofrimento (dor), culpa e morte. É a capacidade do homem de transformar um aspecto negativo de sua existência em algo positivo ou construtivo, “precisamente aí, onde nos encontramos desamparados e desesperados, quando enfrentamos situações que não se podem mudar, precisamente aí é que somos chamados, e nos é exigido, a mudar a nós mesmos” (FRANKL, 2015, p.30); tirar aquilo de melhor que a situação pode oferecer, “melhor” em latim se chama optimum, por isso se fala em otimismo trágico, ou seja, ter otimismo diante de uma tragédia ao considerar que o potencial humano em seus melhores aspectos permitirá: transformar sofrimento em um triunfo pessoal, ver na culpa a oportunidade de modificar a si mesmo para melhor e tornar a transitoriedade da vida uma realização de ações responsáveis.

Dentre as categorias de valores para realização de sentido, a terceira os valores de atitude se apresentam como atitudes significativas diante da tríade trágica (FRANKL, 2011). Como descreve Kroeff (2014, p. 61) “uma eventual conexão entre a tríade trágica e o sentido da vida está relacionada com a atitude que adotamos frente às experiências de sofrimento pelas quais temos de passar, pelo simples fato de existir”. É esse valor de atitude que garante que a vida sempre tem sentido apesar das circunstâncias.

A proposta de Frankl não é propagar a busca do sofrimento como possibilidade de se encontrar sentido, mas sim reconhecer que é possível mesmo no sofrimento encontrá-lo, desde que esse sofrimento seja imutável, por que se há um sofrimento mutável, é desnecessário permanecer nele, assim, o homem estaria sendo masoquista e não heroico (KROEFF, 2014). Como o próprio Frankl (2015, p. 75) cita:

[...] mesmo quando a possibilidade de sentido que se encerra no sofrimento é, segundo uma escala de valores, superior à possibilidade de sentido criador, quer dizer, por mais que a primazia corresponda ao sentido do sofrimento, a prioridade recai sobre o sentido criador; de fato, aceitar um sofrimento que vem necessariamente marcado pelo destino, um sofrimento desnecessário, não seria nenhum serviço, senão atrevimento. O sofrimento desnecessário é – para usarmos uma expressão de Max Brod – uma desgraça “ordinária” e não uma “nobre” infelicidade.

Segundo Frankl (2011) é importante diferenciar respectivamente a atitude que se tem diante do sofrimento e da culpa. No sofrimento, a postura do homem relaciona-se a um destino, aquele que não se pode mudar e sem ser visto dessa forma não renderia sentido. Na culpa, a postura refere-se a si próprio, a capacidade do homem de poder decidir e redefinir-se; a sua responsabilidade de vencê-la, como descreve Frankl (1978, p. 80) “[...] agora, no entanto, vocês têm a responsabilidade de superar a culpa erguendo-se acima dela, crescendo para além de vocês mesmos e mudando pessoalmente para melhor”.

Na perspectiva de transformar o sofrimento em realização o homem apresenta uma dimensão da existência humana, o do *homo patiens*, aquele que pode realizar-se apesar do fracasso (AQUINO, 2013). Aquele que sofre, mas que ainda assim pode achar sentido na maneira como lida com esse sofrimento, na postura que assume; e mediante a tomada de consciência de algo sobre si ou da vida que não conhecia poder alcançar maior humanidade e liberdade interior (KROEFF, 2014). Como descreve Frankl (2015, p. 74) “[...] e no *homo patiens*, o homem que sofre e rende serviço ao sofrimento (...) as categorias deste não são sucesso ou fracasso, mas a realização e o desespero”.

O terceiro aspecto da tríade trágica está relacionado diretamente à temática do estudo, que é a morte. Segundo Kroeff (2014) pensar a existência trará presente a nossa consciência o peso da morte, mas também o fato de ser parte do término do desenvolvimento humano (o que para muitos é só mais uma parte desse processo). E com a teoria da Logoterapia e Análise Existencial de Frankl a possibilidade de ligação da morte com a questão do sentido. É como diz Frankl (1987, p. 81) esse terceiro aspecto “diz respeito à vida também, porque sempre cada um dos instantes de que a vida é feita está morrendo, e aquele instante nunca mais volta”.

A partir desse aspecto da tríade trágica nos é lembrado que há um limite - a morte - para que possamos realizar sentidos. Estar diante dessa certeza deveria levar-nos a refletir sobre a passagem do tempo e como queremos efetivar nossas realizações. Considerando que podemos perder de vista a concretização de sentido nas situações vivenciadas e como não temos todo o tempo do mundo, diante de uma vida finita que o limite da morte coloca, não adiarmos essa concretização de sentido à vida (KROEFF, 2014).

É preciso questionar se há possibilidade de encontrar sentido na morte, Kroeff (2014) apresenta em seu livro Logoterapia e Existência: a importância do sentido da vida, casos de pais que perderam seus filhos em acidentes de trânsito, e perceberam um sentido nessas situações e os concretizaram, fazendo uso da autotranscendência. Deve-se ter claro que



o sentido encontrado na morte, não interrompe a dor que ela provoca, mas é uma forma possível de ajuda para superar e enfrentar esse fato, e assim, não deixar que a pessoa fique presa ao desespero ou passividade. É importante lembrar que esse aspecto do sentido da morte só fará sentido caso esteja relacionado ao significado que isso terá para a vida do homem. Das coisas que são realmente importantes, de se transformar em pessoas melhores para seguir realizando valores que concretizem possíveis sentido em suas vidas (KROEFF, 2014).

#### 3.4.1. Morte e finitude para Logoterapia e Análise Existencial

Segundo Pacciola (2016) na Logoterapia e Análise Existencial, a morte é tida como um estado final do crescimento, um fato existencial em que se encontra um significado, a última de nossas vivências em que ainda assim há possibilidade de se dar um sentido a vida; esse significado da morte deve ser paralelo ao da vida. É como cita Kroeff (2014, p. 88) “a morte é uma certeza impactante da qual não podemos escapar e com a qual temos que conviver”.

Lidar com a consciência da morte pessoal não é uma tarefa fácil, saber que um dia vamos morrer pode nos provocar ansiedade, mas é necessário aprender a conviver com ela e não nos deixar paralisar. Esse enfrentamento da própria finitude é causa maior da ansiedade, autores como Wong, Reker y Gesser (1997 *apud* KROEFF, 2014) retratam motivos que podem provocar esse temor da morte: que durante o processo de morrer haja muita dor e sofrimento; a perda da salvação; a preocupação dos familiares; ou ainda desesperança de perceber que viveu uma vida que parece não ter sido significativa.

Considerando que a morte pode gerar medo e ansiedade e estes se manifestam de diversas formas, é preciso aceitá-los ou ao menos suportá-los já que estamos diante de uma condição imutável. Mais uma vez Wong, Reker y Gesser (1997 *apud* KROEFF, 2014) diferenciam três tipos de aceitação que se pode apresentar em relação à morte: aceitação neutra como aquela que é vista de forma natural, como consequência da vida; aceitação de proximidade aquela que se acredita em vida após a morte e crer que lá se encontrará felicidade; e aceitação de escape é estar diante de uma vida cheia de sucessivas dores e sofrimento, em que a morte não é desejada mais é vista como uma forma de fuga mediante a miséria da vida.

Além do medo e da ansiedade, essa temática da morte pode propiciar angústia ao homem pelo fato deste estar diante do desconhecido e incerto, daquilo que não tem controle, ou seja, sua mortalidade. Do ponto de vista existencial, a morte é simultânea à vida, é parte da

existência humana, ainda que abertamente não a percebamos no nível da consciência reflexiva, exercendo influência em nossas experiências e sendo fonte primária de angústia e ansiedade; de outro lado, se tem as “pequenas mortes” aquilo que vai sendo perdido ao longo da vida (Robles, 2014).

Na perspectiva de um terapeuta existencial a angústia não pode ser vista como patológica; portanto retirá-la da psicoterapia seria um equívoco. Pelo contrário, esta pode ser trabalhada na terapia para que o homem a suporte. Considerando as formas de angústia ante a morte, destaca o temor à solidão do processo, a separação dos seres queridos e a incapacidade de tomar decisões (Robles, 2014).

De certa forma a angústia ante a morte é parte da angústia existencial, essa angústia é normal e inerente ao ser humano pelo simples fato de existir. Existencialmente dizendo, há dois níveis de angústia: primeiro, uma angústia advinda da consciência pela dúvida da finitude e a possibilidade da morte; segundo a angústia que se manifesta por negar ou repelir a primeira (Robles, 2014).

Para enfrentar a realidade da morte Yalom (1984) aponta duas estratégias de enfrentamento: primeiro a crença de que se é especial e que a morte não vai acontecer consigo; segundo a crença em um salvador que nos salvará desse destino. Essa defesa para lidar com a angústia relaciona-se a diversos aspectos, tais como: negação cultural pelo tema da morte ser ainda um tabu, vocabulário adequado para referir-se a essa experiência visto que não se pode falar da experiência da própria morte, apenas refletir sobre a morte dos outros ou que nos provoca a concretude da morte. Para Heidegger quem consegue lidar com a angústia consegue se abrir a consciência de sua morte e de sua vida, e assim, apoderar-se de sua finitude lhe permite ser dono de sua existência, justamente por se dar conta de que pode perder sua vida sem qualquer comunicado. (Robles, 2014).

Sendo a morte parte da nossa existência com seus diversos desdobramentos porque não confrontá-la na terapia. Explorar o que ela nos provoca, o que pode modificar em nossa vida, a possibilidade da ideia dela nos salvar. Yalom pontua que aborda de forma calma e discreta os pacientes que sofrem com a angústia de morte para ele, analisar minuciosamente o que é o medo do paciente e perguntar sobre o terror a morte torna a situação natural e tranquila para compreender as questões que comparecem para cada pessoa (YALOM, 2006).

Essa discussão da morte e finitude dentro da psicoterapia podem promover mais autenticidade e compromisso com a existência. Yalom (1984) aponta duas razões para isso: a mudança na perspectiva de vida da pessoa provocada pela consciência desta; e a morte como

fonte primária de angústia. É preciso estar atento dentro da terapia às oportunidades de falar sobre o tema sem forçar nada. E aproveitar as potencialidades de se trabalhar nessa perspectiva nas diversas dimensões que compõem a existência humana. Para isso, é importante que se estabeleça uma relação terapêutica entre ambos como ferramenta principal do trabalho (ROBLES, 2014).

Segundo Kroeff (2014) para promover de forma adequada uma educação para a morte é importante conhecer as atitudes que o homem toma em relação a essa temática. Elisabeth Kubler Ross (1996) foi umas das primeiras a preocupar-se em humanizar as atitudes para com as pessoas que estão morrendo. De oferecer-lhes o seu tempo, escutá-las, estar com elas, diante da proximidade da morte permitir que a pessoa reflita sobre a questão da finitude e de sua morte pessoal, sem ansiedade ou temor exacerbado. Para que dessa forma possa harmonizar esse fato existencial e seguir a vida vivendo da melhor maneira que lhe for possível.

Frankl (2016) destaca que a finitude deve ser algo que dê sentido a existência humana, e não que lhe tire algo. “A finitude temporal da vida é constituída de seu significado; o sentido da vida está também no seu caráter histórico: a vida é irreversível e determinada no tempo” (PACCIOLLA, 2016, p.142). É essa finitude e temporalidade que confere a vida humana algo de essencial, que constitui o seu sentido, pois diante dessa existência humana que é inconvertível; o homem precisa compreender a sua responsabilidade diante da vida que só se vive uma vez.

Ao confrontar a transitoriedade da vida estamos diante de um tempo que não é reversível, mas que ainda assim pode ser revisto e modificado o futuro, e nesse futuro poder mudar a nós mesmos, visto que o passado é definitivo, como aquilo que continua a existir independentemente mesmo do nosso existir permanecendo como parte da realidade. Na transitoriedade verem-se possibilidades de dar sentido às situações de criação, experienciação ou sofrimento com sentido pleno (FRANKL, 1978).

O homem como o único ser que tem consciência da transitoriedade de sua existência, pode a partir daí refletir sobre sua vida e questionar-se em relação ao sentido atribuído as suas vivências, tomando a morte como um fenômeno próprio da existência, e como descreve Yalom (1984, p. 429 *apud* KROEFF, 2014, p. 88) “[...] é meu conhecimento de ‘minha morte’ o que me leva a compreender que ninguém morrerá comigo ou por mim (...) o ato de morrer segue sendo a experiência humana mais solitária”; e por ter um elemento de

transcendência em si, conduzirá a um questionamento existencial ou um “para quê” viver quando somos colocados diante de nós mesmos (AQUINO; VASCONCELOS, 2015).

Considerando a questão da finitude humana, podem-se citar também outras questões ligadas direta ou indiretamente à morte; nesse caso, questões sobre as perdas e o luto. As perdas são fenômenos presentes ao longo da vida do indivíduo, que geram sensações de angústia, medo e solidão, semelhantes à morte, essas perdas podem ser de pequeno porte quando se refere à perda de separação, emprego, de mudanças de cidade, escola entre outros. E pode-se ainda considerar as escolhas uma forma de perda, já que ao optar por uma coisa, abre-se mão de outra (FISCHER *et al* 2007 *apud* VASCONCELOS; AQUINO, 2015). Em relação ao luto, este decorre do conceito de subjetividade pelo fato da representação da vida e da morte ligar-se a forma particular de vivência de cada indivíduo. Assim, o luto é uma reação a uma perda, ou seja, uma reação natural a esta que pode ser real ou simbólica.

Diante da consciência de sua finitude, o homem depara-se com o fato de que sua vida tem um fim, independente do momento que esteja vivendo. Podendo usar como orientadores de suas escolhas, as categorias de valores citadas por Frankl, como opções para novas possibilidades que o exponham a um novo sentido para sua existência (AQUINO; VASCONCELOS, 2015).

Quando o homem tem consciência de sua transitoriedade é movido pela vontade de sentido e atraído por valores a buscar um sentido na realização de suas tarefas, é provocado a uma tensão existencial na busca desse sentido e o senso de responsabilidade que lhe é despertado, “visto que a morte faz com que a vida seja única e impossível de ser revertida” (AQUINO; VASCONCELOS, 2015, p. 55).

#### **4 DISCUSSÃO SOBRE A TRANSITORIEDADE DA VIDA E O DESPERTAR A CONSCIÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE SENTIDO**

A partir das leituras realizadas, é possível perceber que a atitude do homem perante a morte na sociedade ocidental vem sofrendo alterações desde a Idade Média. A aceitação que o homem tinha da morte como parte da sua natureza foi se transformando numa espécie de tabu, uma proibição em se falar de um fenômeno que é parte do nosso desenvolvimento humano e do qual ninguém está a salvo.

Quando Ariès (2012) apresenta a noção de juízo final como uma corte de justiça em que o homem é julgado, mediante a proposta do trabalho, podemos pensar justamente ao contrário, que a possibilidade de lidar com a concretude da morte pode fazer repensar nossas ações, trazendo à consciência a importância da realização de sentidos, não com o intuito de sermos julgados, mas como possibilidade de reconsiderar a forma que temos conduzido nossa vida.

O homem que só pensava suas atitudes no final da sua vida, ou seja, diante da morte não necessariamente precisa esperar até esse momento para refletir sobre sua postura, pode antes disso, no decorrer da vida tomar consciência de si e realizar as mudanças que julgar necessária. Em Yalom e Greaves (1977, p. 399 *apud* KROEFF, 2014, p. 133) essa postura é ressaltada pelo seguinte questionamento de pacientes com câncer: “Por que tivemos que esperar até agora, quando estamos tomados pelo câncer, para aprender como valorizar e apreciar a vida?”. Para isso, partindo do referencial da Logoterapia e Análise Existencial tem-se as categorias de valores, a citar os valores de criação, vivência e atitude como meios de se concretizar a realização de um sentido.

É claro que a morte pode ser para muitos uma ideia de ruptura, uma constatação da perda de contato com sua vida cotidiana, seu trabalho, amigos, familiares, as atividades executadas no dia a dia, as sensações de medo, angústia, solidão, ansiedade, terror e temor que podem ser ocasionadas por essa ideia de rompimento, mas também o terror e temor que a imagem antecipada da morte pode provocar isso vêm sendo percebido desde o século XIX por Elias (2001, p. 53): “o terror e o temor são despertados somente pela imagem da morte na consciência dos vivos”.

Diante do fato de que o homem um dia irá morrer, e essa morte ser representação de medo, angústia, perda dentro outros desdobramentos; a forma como o homem lida com essa realidade pode estar associada ao que Kroeff (2014) destaca como o fato da nossa

sociedade ainda discutir muito pouco acerca do tema mantendo sobre ele certo tabu, naquilo que é a nossa única certeza da vida. Com isso é provável discutir como o homem tem buscado prolongar a vida por meio da ciência e da tecnologia, do uso de dietas, remédios, elixir e de métodos científicos ou não que favoreçam este adiamento, é como se esse vigor da ciência e tecnologia que o homem tem acesso lhe assegurasse certo controle sobre a morte, o que segundo Elias (2001, p. 56) é descrito como: “[...] a constatação de que a morte é inevitável está encoberta pelo empenho em adiá-la mais e mais com a ajuda da medicina e da previdência [...]”. Porém, essa ideia concreta da morte pode ser vista na perspectiva da Logoterapia e Análise Existencial como ação de se romper com uma vida sem sentido e passar a viver a vida com mais realizações de sentido. Da mesma forma, o homem também deve poder discutir sobre outras perspectivas a forma como aceita ou não a morte.

Quando a morte deixa de acontecer em casa ao redor de familiares e amigos e se desloca para outro local o hospital, começa a surgir várias questões envolvendo esse deslocamento, a primeira delas retrata certa inversão de papéis ao se identificar que a morte passa agora a ser uma decisão do médico e dos profissionais que compõem sua equipe, ao invés do paciente ou de seus familiares em que esses desejam obter uma aprovação por parte de seus doentes, podemos com isso perguntar o lugar que é ocupado pelo paciente nesse novo local de deslocamento do morrer; onde lhe é cada vez mais escasso a possibilidade de opinar sobre seus incômodos, de forma que Ziegler (1977) retrata isso claramente: “de agora em diante, o morto será expulso do drama que ele vive; nunca mais [...] suas reivindicações, sua vontade serão levados em conta”.

A segunda questão a ser expressa é que essa aprovação se estenda da mesma forma para os sobreviventes, visto que a emoção forte despertada nesse sobrevivente não pode ser manifestada nem no hospital e nem na sociedade, essa não expressão do luto pode contribuir para se evitar falar ou pensar sobre a morte, vê-la sob a ótica de ser parte da nossa existência e mais ainda, levantar a questão do respeito à individualidade do sobrevivente bem como o abalo que isso pode ocasionar em seu psicológico. Segundo Ariès destaca (2012, p. 94) “o luto não é mais um tempo necessário e cujo respeito à sociedade impõe: tornou-se um estado mórbido que deve ser tratado, abreviado e apagado”.

Pensando a partir dessa manifestação proibida ao sobrevivente, devemos destacar a importância de se elaborar este luto, considerando o impacto disso no estado emocional de um indivíduo enlutado que não tenha espaço ou permissão para essa elaboração (VASCONCELOS; AQUINO, 2015). Aqui, podemos articular uma discussão com a nova

versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM-V (2014) ao incluir que sintomas presentes no período de duas semanas, decorrentes de uma perda significativa como exemplo, o luto pode se assemelhar a um episódio depressivo maior. É importante cautela no diagnóstico, considerando a história do indivíduo e o contexto em que está inserido. Cada um tem um tempo e precisa de um espaço para ressignificar sua perda.

A ideia de felicidade coletiva em que nenhum sinal de tristeza seja exposto para que a sociedade não venha a perder sua razão de ser, encontra na Logoterapia e Análise Existencial uma compreensão diferente sobre a ideia de felicidade. Para Frankl (2011, p. 48): “se há uma razão para ser feliz, a felicidade se apresenta automática e espontaneamente. Essa é a razão pela qual não se deve buscar a felicidade; esta não deve ser objeto de preocupação, na medida em que houver uma razão para ela”. Quanto menos direcionarmos nossa atenção à felicidade mais ela acontecerá, tendo em vista que a nossa busca deve se pautar na realização do sentido, para que justamente não nos deparemos com a frustração existencial, mas sim, descubramos o sentido a cada situação e nos posicionemos para além das circunstâncias.

Antes do século XVIII diante da morte do outro, Ariès (2012) retrata que o homem aceita relativamente o destino de sua espécie, na fórmula *morremus todos*, por meio disso é possível uma aproximação com a noção de destino apresentada pela Logoterapia e Análise Existencial descrita por Frankl (1987, p. 79): “enfrentando um destino que não pode mudar [...] pode transformar a tragédia pessoal em triunfo”.

Frankl entende que diante de um destino que não se pode mudar, há possibilidade de se descobrir sentido, como explicita: “o sentido do destino que um homem sofre reside, portanto, em primeiro lugar, em ser pelo homem configurado - se possível; e, em segundo lugar, em ser suportado - se necessário” (FRANKL, 2016, p. 198). Esse entendimento sobre destino está ligado à terceira categoria de valor para realização de sentido, mediante a atitude tomada pelo homem, ou seja, os valores atitudinais.

Essa categoria de valor se torna mais elevada que as demais pelo fato do homem se posicionar mesmo diante de uma condição irrecuperável, isso fica claro em Frankl (2016, p. 199): “[...] a essência de um valor de atitude reside precisamente no modo como um homem se submete ao irremediável; quer dizer: o pressuposto da verdadeira realização dos valores de atitude consiste em tratar realmente de qualquer coisa de irremediável[...]”. Essa importância da atitude diante da morte pode também ser percebida no que descreve Morin (1977, p. 19): “e, sobretudo, ele não viu que o mistério primordial era, não a morte, mas sua atitude em face da morte”.

O novo conceito de *death control* apresentado pela sociedade norte americana deve ser visto de forma cautelosa e discutido sobre os ângulos dos agentes envolvidos nessa nova conceituação, se por um lado é possível oferecer ao paciente um órgão artificial como opção para o tratamento de sua doença e assim, permitir que continue vivendo; de outro é preciso que o paciente reflita o posicionamento que adotará diante dessa possibilidade e mais ainda, que haja espaço para que ele expresse sua decisão. Por vezes, pode-se acabar impondo ao paciente um sofrimento do qual ele não deseja mais permanecer.

A autora Kubler-Ross (1996) como médica e psiquiatra promovia essa discussão junto aos estudantes de medicina, de um tratamento mais humanizado ao paciente, em que seu sofrimento pudesse ser ouvido e atenuado e que a ciência e tecnologia pudessem andar paralelas ao contato de pessoa a pessoa. Como a mesma (1996, p. 30) descreve: “[...] se pudséssemos ensinar aos nossos estudantes o valor da ciência e da tecnologia, ensinando a um tempo a arte e a ciência do inter-relacionamento humano, do cuidado humano e total ao paciente, sentiríamos um progresso real. Podemos pensar essa humanização para outros campos além do âmbito da saúde como oportunidade de falar sobre a morte.

Apesar de a ciência ter avançado ao longo dos séculos e continuar se modificando, é preciso em algum momento reconhecer seus próprios limites, principalmente no que se refere à morte, tendo em vista que esta é um fato essencial da vida. Elias (2001, p. 90) retrata isso de forma clara ao citar que: “[...] por mais que tentemos, com o auxílio do progresso médico e a capacidade de prolongar a vida do indivíduo e aliviar as dores do envelhecimento e da agonia, a morte é um dos fatos que indica que o controle humano sobre a natureza tem limites”.

Através da ontologia dimensional da Logoterapia e Análise Existencial, a morte é compreendida como possibilidade de realização de sentido num instante em que pensar a transitoriedade da vida pode despertar a consciência, para a maneira como se vem conduzindo sua existência. Por meio desse referencial, é praticável o fato desse questionamento não precisar esperar pela chegada da morte, o que não desconsidera que à beira da morte, também é possível obter o sentido, visto que Frankl revela que em qualquer situação se pode encontrar sentido, isso está presente em Frankl (2016, p. 193): “[...] esse homem, nas últimas horas da vida, ainda consegue superar-se a si mesmo, atingindo [...] uma plenitude de sentido, [...] a vida até no malogro se pode consumir”.

Em sua teoria Frankl (2015) apreende que no sofrimento o sentido pode ser descoberto e pode favorecer ao homem a possibilidade de tornar-se outro, ou seja, de ser uma



pessoa melhor, explicita isso por meio do relato de Yehuda Bacon quando questionado, sobre o sentido de sua experiência nos anos que passou no campo de concentração de Auschwitz. O sofrimento faz parte da vida do ser humano e como tal não poderia ser separado desta, Frankl (2016, p. 198) deixa isso claro ao citar: “[...] privar a vida da necessidade e da morte, do destino e do sofrimento, seria como tirar-lhe a configuração, a forma”.

É importante deixar claro que o fato da Logoterapia e Análise Existencial apresentar em sua teoria uma tríade trágica, onde a morte é parte dessa tricotomia, de forma alguma renega a dor que esta provoca ou tem a finalidade de apagá-la, de outro modo, sua proposta é fazer com que o homem pense sobre sua finitude, sobre como tem vivido, do rumo que tem levado sua vida, podendo enfrentá-la de modo a realizar sentido e transformando-se num ser autêntico. O sentido segundo Frankl (2011, p. 81) é entendido como: “[...] o que se tenciona, seja por uma pessoa que me pergunta algo, seja por uma situação que encerra uma pergunta e clama por resposta [...] encontrar o verdadeiro sentido das perguntas que me são formuladas”.

Na Logoterapia e Análise Existencial o homem tem a liberdade para responder a estas perguntas, mas Frankl apregoa que essa liberdade deve ser acompanhada de uma responsabilidade, para que assim seja possível dar a resposta correta e encontrar o verdadeiro sentido da situação. Esse senso de responsabilidade se faz presente na transitoriedade, como Frankl (1987, p. 74) descreve: “sendo assim, a transitoriedade da nossa existência de forma alguma lhe tira o sentido. No entanto ela constitui a nossa responsabilidade, porque tudo depende de nos conscientizarmos das possibilidades essencialmente transitórias”.

Enquanto constituinte da nossa responsabilidade, a transitoriedade permiti que possamos nos dar conta de nossa unicidade e da não possibilidade de repetirmos nossa existência, considerando que somos sim seres finitos, só não sabemos quando, onde e como findará nossa existência. Aquino (2011, p. 36) apresenta isso de forma evidente: “o limite do tempo não deixa a vida sem sentido, mas pelo contrário, a morte que dá sentido à vida. A impossibilidade de repetir as situações impulsiona a pessoa a fazer algo”. O que se confirma em Pacciolla (2016, p. 141): “[...] de um modo específico, é justamente a irreversibilidade da vida e a inevitabilidade da morte que- juntamente com a singularidade e irrepitibilidade de cada pessoa- põem em marcha e desenvolvem o sentido da responsabilidade”.

Portanto, o homem não seria um simples ser para a morte, mas sim pela perspectiva do referido referencial um ser para o sentido, em que diante da morte podemos encontrar também o sentido e não cairmos num desespero, ou seja, num sofrimento sem

sentido. Isto é fundamentado em Frankl (2005, p. 43): “o segredo da riqueza absoluta do sentido da vida [...] é devida à terceira possibilidade de descobrir um sentido, isto é, à possibilidade de conferir um sentido mesmo ao sofrimento e à morte”. E pôde também ser complementado por Kroeff (2014, p. 69): “a morte tem a possibilidade de ser um poder transformador em nossas vidas, pois é difícil passar incólumes ao refletir sobre ela”.

A partir do questionamento que levou-nos a problematização da pesquisa ter sido delineado mediante o pensamento da morte como parte do ciclo de vida do homem e ser esta uma possibilidade de realizar sentido na vida, sem a presença necessária de um câncer terminal, por exemplo. Foi possível corroborar pela teoria da Logoterapia e Análise Existencial que o limite do tempo presente em nossa vida como um marco existencial, nos convoca a não adiarmos nossas ações e a vivermos uma vida significativa e responsável. Conforme Pereira (2013, p. 28) justifica: “[...] mas, é precisamente por existir um limite temporal último para nossa vida - isto é, um limite para a possibilidade de ação, que experimentamos a obrigação de respeitar e aproveitar o tempo, não perdendo de vista às oportunidades de ação que aparecerem”.

A partir do que pode ser encontrado e interpretado na pesquisa, faz-se necessário reconhecer que não somos imortais e que a morte é real e definitiva em nós. Que devemos enfrentar a finitude da própria vida e buscar um sentido que não esteja direcionado apenas para si, mas que inclua os outros (ELIAS, 2001). A Logoterapia e Análise Existencial com sua visão de homem e de mundo foram apresentadas como uma possibilidade de se posicionar de maneira diferente perante a morte. Refletir a nossa transitoriedade pode sim, nos levar a uma realização de sentido, desde que essa busca por um sentido esteja na situação vivida, agindo com responsabilidade perante o mundo. Como aponta Kroeff (2014, p. 159): “discutir em grupo a temática da morte é uma forma de recuperar algo importante que se estava negando”. Se pensar uma educação para a morte para além do âmbito da saúde, pode ser o começo para desmistificar o mistério que se enreda em torno dessa temática. Diante de autores como Kroeff e Kovács que apontam uma educação para a morte como possibilidade de reflexão e debate do tema, propomos pensar essa nomenclatura de maneira mais ampla, como uma ação de forma constante, espaços de discussão promovidos em qualquer ambiente da pessoa e sobre qualquer aspecto de sua vida e não somente a questão da morte.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central do trabalho foi compreender como as concepções de morte, finitude e transitoriedade da vida se relacionam com a Logoterapia e Análise Existencial, a qual se escolheu como referencial para refletir a realização de sentido com a tomada de um posicionamento perante a vida, o que foi possível a partir da produção bibliográfica pesquisada que permitiu interpretação e discussão dessas concepções com a referida teoria.

Expomos o olhar de algumas áreas de conhecimento a respeito do tema abordado, como a Sociologia, Antropologia, História e a Psicologia, e nessas áreas escolhemos os nomes de alguns autores clássicos que apresentam suas visões sobre a morte. Na História, trouxemos Philippe Ariès, um historiador que apresenta as atitudes do homem em relação à morte desde a Idade média até a sociedade contemporânea.

As atitudes descritas por Ariès referem-se à morte domada pelo homem, que a aceitava como parte da natureza e a via como familiar; de estar diante da própria morte quando novos fenômenos trazem à tona a particularidade desse indivíduo, por meio da representação do juízo final, aonde o moribundo era julgado no grande dia em uma corte de justiça que faria uma espécie de balanço da sua vida, ou seja, do que fez de bom ou ruim durante esta.

Outras duas atitudes dizem da morte do outro e da morte proibida, respectivamente; com o sentido de exaltação e dramatização que a morte passa a ter, tem início uma mudança de percepção para a morte do outro, e uma mudança na vivência de luto dos familiares do defunto, estes de um lado teriam que expressar sua dor mesmo que não o quisessem e do outro expressá-la de forma moderada e conveniente. Na morte proibida, os familiares querem proteger e poupar o moribundo de uma notícia cruel, a morte deve ser o mínimo possível percebida na sociedade para que não atrapalhe a vida feliz assim como das implicações do deslocamento da morte de casa para o hospital.

Com a Sociologia, Jean Ziegler apresenta a ideia de uma não igualdade da morte, de uma diferença de classes das oportunidades de vida não acessíveis a todos de uma classe dominante que impõe sua verdade. Na sociedade ocidental o cuidado com os mortos passa dos familiares para especialistas, pontua que o deslocamento para o hospital trouxe a este o exercício de certo controle sobre a morte, buscando maior receptividade do doente.

Na Psicologia apresentamos diversos autores que contribuíram pensando a morte como um conceito psicológico, do dar se conta de sua própria morte como possibilidade de reajustar a vida diante do fato que ela é um evento certo do nosso existir, de características

culturais que podem favorecer essa interpretação, do hospital como espaço de recuperação para o doente, e por fim a ciência e a tecnologia buscando formas de se adiar ou evitar a morte.

Diante do que diz a literatura utilizada sobre o objeto de estudo, buscamos os fundamentos da Logoterapia e Análise Existencial. Iniciando com o percurso existencial de seu fundador Viktor Frankl, que desde a infância fazia-se questionamentos acerca da existência e na juventude começa a construção da Logoterapia. Frankl vivencia na pele, durante os três anos que viveu nos campos de concentração, passando por quatro exatamente, muitas situações nas quais pode comprovar suas ideias, numa espécie de *experimentum crucis*.

Os pilares que fundamentam a Logoterapia e Análise Existencial são importantes para se compreender o posicionamento que o homem pode vir a tomar diante da vida e de sua finitude. No primeiro pilar, a liberdade da vontade Frankl pontua que somos livres apesar de qualquer determinação (biológica, psicológica ou sociológica) que nos seja colocada, porém essa liberdade só pode ser pensada dessa forma se estiver associada a uma responsabilidade.

No segundo pilar, a vontade de sentido é onde se encontra a motivação primária do homem para realizar seus propósitos, o que acontece no mundo por meio das experiências que tem contato. Frankl apresenta um conceito importante à teoria e que constitui a dimensão noológica, como aquela em que se encontram fenômenos especificamente humanos, é o conceito de autotranscendência, quando nos direcionamos para algo ou alguém que não nós mesmos.

Enfim, no último pilar o sentido de vida está o centro de sua teoria, o sentido pelo qual se vive, o para que de cada um, de como descobri-lo a cada situação de forma única e singular, a consciência é o órgão de sentido responsável por essa apreensão. É nesse pilar que Frankl relata três categorias de valores, pelas quais é possível realizar sentido: valores de criação, valores de vivência e valores de atitude.

Sendo a temática do trabalho relacionada ao tema da morte e finitude e da possibilidade de se posicionar frente à vida, os valores de atitude se ligam a essa reflexão, é neles que o homem diante de um destino imutável ou sofrimento inescapável pode descobrir um sentido e decidir qual postura tomar, poder mudar a si quando a situação na qual se encontra não puder ser mudada. A categoria dos valores de atitude pode ser igualmente atrelada à tríade trágica.

Considerando que na tríade trágica se tem como um dos elementos formadores, a morte. E para a Logoterapia a morte deve ser vista como parte da nossa existência bem como uma possibilidade de se atribuir sentido à vida, no instante que nos damos conta da temporalidade que nos cerca e como únicos seres que tem consciência de sua finitude, podemos nos questionar e refletir acerca de nossa transitoriedade e de como estamos realizando sentido diante da vida.

A reflexão sobre essa transitoriedade e o que pode ser provocado a partir disso como a angústia, por exemplo, são pontos que podem ser trabalhados dentro da psicoterapia, reflexões que podem ocasionar a pessoa viver sua existência com mais significado, plenitude e entrega. A própria angústia pode ser vista de uma ótica normal no sentido de fazer parte do existir humano na perspectiva existencial.

Portanto, acreditamos que a proposta central pode ser identificada na literatura e associada de forma consistente ao referencial escolhido, é claro que essa temática pode ser expandida sobre vários outros aspectos. Mas diante da Logoterapia e Análise Existencial que vê na morte a possibilidade da descoberta de sentido e convoca o homem a posicionar-se, corrobora com autores como Kovács e Kroeff que reconhecem a importância de uma educação para a morte e veem nela a oportunidade de trazer a sociedade esse tema que faz parte do nosso desenvolvimento humano, mesmo que por vezes esqueçamos isso e acreditemos numa imortalidade.

Por meio dessa pesquisa, pode-se expandir para outras pesquisas, por exemplo, partindo de outros questionamentos. Se pensarmos a prática psicológica discutir sobre morte, finitude e transitoriedade da vida são mais que necessário, lidamos com a subjetividade humana, e qualquer um de nós está sujeito à morte. E apesar desta discussão ser mais recorrente no âmbito da saúde pode acontecer em qualquer espaço ocupado pelo psicólogo. E, como recomendado pela própria Logoterapia e Análise Existencial promover uma educação para a morte é a possibilidade que temos de mostrar ao homem que diante da transitoriedade da vida, é possível nos posicionarmos frente à vida para realizarmos sentido que tornem mais significativa nossa existência.

Portanto, a partir do exposto é possível confirmar que os objetivos foram alcançados. De início a proposta central de compreender como as concepções de morte, finitude e transitoriedade da vida se relacionam com a Logoterapia e Análise Existencial e sentido de vida e demais literatura especializada, posteriormente a apresentação da ontologia dimensional e dos fundamentos antropológicos do referencial escolhido. E por fim, a reflexão

de como a transitoriedade da vida pode despertar a consciência para a realização de sentido diante da tomada de um posicionamento perante a vida.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento. et. al. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AQUINO, T. A. A. de.; VASCONCELOS, S. X. P. de. **Cuidados paliativos e Logoterapia: o modo humano de morrer**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.
- AQUINO, T. A. A. de. **Logoterapia: investigações teóricas e empíricas**. João Pessoa: editora universitária UFPB.
- AQUINO, T. A. A. de. **Logoterapia e Análise Existencial: uma introdução ao pensamento de Viktor Frankl**. São Paulo: Paulus, 2013.
- ARIÉS, P. **A história da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. ed. esp. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.
- COMBINATO, D.S.; QUEIROZ, M.de.S. Morte: uma visão psicossocial. Estudos de Psicologia. Natal. v. 11, n. 2, p. 209-216. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2006000200010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2006000200010&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- ELIAS, N. **A solidão dos moribundos: seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FABRY, J. B. O sentido da liberdade. In: \_\_\_\_\_. **A busca do significado**. 4. ed. São Paulo: ECE, 1984. cap. 8, p.141-160.
- FELIX, Z.C. *et al.* Eutanásia, distanásia, ortotanásia: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 18, n. 9, p. 2733-2746, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000900029](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000900029)>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- FERNÁNDEZ, M. I. S. Sentido do sofrimento e da transcendência. In: KROEFF, P.; OLIVEROS, O. L.(Org.). **Finitude e sentido da vida: a logoterapia no embate com a tríade trágica**. v.1. Porto Alegre: Evangraf, 2014. cap. 6, p.151-192.
- FRANKL, V.E. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia**. Tradução Ivo Studart Pereira. São Paulo: Paulus, 2011.
- FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Tradução Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. Porto Alegre: Ed. Sulina; São Leopoldo: Sinodal, 1987.
- FRANKL, V. E. **O que não está escrito nos meus livros: memórias**. Tradução Cláudia Abeling. São Paulo: É realizações, 1996.

FRANKL, V.E. **O sofrimento de uma vida sem sentido: caminhos para encontrar a razão de viver.** Tradução Karleno Bocarro. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

FRANKL, V.E. **Psicoterapia e Sentido da Vida.** Tradução Alípio Maia de Castro. 6. ed. São Paulo: Quadrante, 2016.

FRANKL, V. E. **A presença ignorada de Deus.** Tradução Walter O. Schlupp e Helga H. Reinhold. 7. ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 1992.

FRANKL, V. E. **Fundamentos Antropológicos da Psicoterapia.** Tradução Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRANKL, V. F. **Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo.** Tradução Victor Hugo Silveira Lapenta. São Paulo: ideias e letras, 2005.

GIL, A.C. Como classificar as pesquisas?. Como delinear uma pesquisa bibliográfica?. In: \_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. cap.4, p. 25-44. cap. 5, p. 45-64.

GIOVANETTI, J. P. O processo de morrer e a religião na sociedade hipermoderna. In: FREITAS, M. H. de.; AQUINO, T. A. A. de.; PAIVA, G. J. de. (Orgs). **Morte, psicologia e religião.** São Paulo: Fonte editorial; Edições terceira via, 2016. cap. 2, p.23-42.

HOHENDORFF, J. V.; MELO, W. V.de. Compreensão da morte e desenvolvimento humano: contribuições à Psicologia Hospitalar. **Estudos e Pesquisa em Psicologia,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.480-492. 2009. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a14.pdf>>. Acesso em: 09 jun.2018.

KASTENBAUM, R.; AISENBERG, R. **Psicologia da morte.** São Paulo: Editora Pioneira, 1983.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KOVÁCS, M. J. Educação para a morte. **Psicol. cienc. prof.,** Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 484-497. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a12.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

KROEFF, P. **Logoterapia e Existência: a importância do sentido da vida.** Porto Alegre: Evangraf, 2014.

KROEFF, P. Morte: certeza transformadora. In: KROEFF, P.; OLIVEROS, O. L.(Org.). **Finitude e sentido da vida: a logoterapia no embate com a tríade trágica.** v.1. Porto Alegre: Evangraf, 2014. cap. 3, p.85-104.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.



MORIN, E. **O homem e a morte**. Rio de janeiro: Imago, 1997.

PEREIRA, I. S. **A Ética do Sentido da Vida**: fundamentos filosóficos da Logoterapia. São Paulo: ideias e letras, 2013.

PEREIRA, I. S. A ontologia dimensional de Viktor Frankl: o humano entre corpo, psiquismo e espírito. **Logos e Existência**, João Pessoa, v. 4, n.1, p. 2-13. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/le/article/download/21725/13056>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ROBLES, Y. A. M. Um olhar existencial à morte ou finitude. In: In: KROEFF, P.; OLIVEROS, O. L. (Org.). **Finitude e sentido da vida**: a logoterapia no embate com a tríade trágica. v. 1. Porto Alegre: Evangraf, 2014. cap. 1, p.15-61.

VELOSO, W.P. de. **Metodologia do trabalho científico**: normas técnicas para redação de trabalho científico. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. A morte inscrita no tempo. **RECSA: revista da Faculdade FISUL**, Garibaldi, v.3, n.1, p.42-61, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/download/21/18>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

YALOM, I. D. **Psicoterapia Existencial**. Barcelona: Herder, 1984.

YALOM, I. D. **Os desafios da terapia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ZIEGLER, J. **Os vivos e os mortos**: uma “sociologia da morte” no Ocidente e na diáspora africana no Brasil, e seus mecanismos culturais. Rio de janeiro: Zahar editores, 1977.